

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

LARISSA LIBERT GERÔNIMO

**A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO EM REDE NA GARANTIA DOS DIREITOS
SOCIAIS: Uma Experiência no Instituto Guga Kuerten e no Bairro Itacorubi
(Florianópolis/SC)**

FLORIANÓPOLIS - SC

2013

LARISSA LIBERT GERÔNIMO

**A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO EM REDE NA GARANTIA DOS DIREITOS
SOCIAIS: Uma Experiência no Instituto Guga Kuerten e no Bairro Itacorubi
(Florianópolis/SC)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Federal de Santa
Catarina para obtenção do título de Bacharel
em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sirlândia Schappo

FLORIANÓPOLIS - SC

2013

LARISSA LIBERT GERÔNIMO


**A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO EM REDE NA GARANTIA DOS DIREITOS
SOCIAIS: Uma Experiência no Instituto Guga Kuerten e no Bairro Itacorubi
(Florianópolis/SC)**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina.

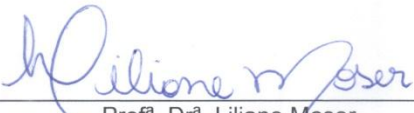
Florianópolis, 25 de fevereiro de 2013.

Tânia Regina Kruger
Coordenadora do Curso


Banca Examinadora:



Profª. Drª. Sirlândia Schappo
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina



Profª. Drª. Liliâne Moser
Universidade Federal de Santa Catarina



Suelen Virgíliano
Supervisora de Campo e Coordenadora Social
do Instituto Guga Kuerten

Dedico esse Trabalho de Conclusão de Curso ao meu esposo Tiago, porque em meio a tantas dificuldades que estamos vivendo, uma conquista como essa, trás grande alegria aos nossos dias.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, o meu grande Pai, que me direcionou a escolher essa profissão tão maravilhosa, que é o Serviço Social. Em todo esse longo processo de formação acadêmica, foi Ele que me deu sabedoria, força e ânimo para não desistir, já que aconteceram tantas coisas, tanto boas como ruins, nesses seis anos de caminhada.

Ao meu esposo Tiago, por me dar apoio em todos os momentos, sobretudo quando precisava compartilhar os desafios que ficavam cada vez maiores no decorrer da formação. Não posso esquecer-me de agradecer por entender as minhas ausências em vários momentos, decorrente das aulas, trabalhos, relatórios e muito mais. Obrigado, eu amo você!

A minha família linda, que no meio desse processo de formação, me permitiu mudar de Estado e cidade, e hoje estou aqui, há 600 km de vocês, muitas vezes com o coração apertado, mas sabendo que vocês sempre acreditaram em mim, nos meus sonhos e nas minhas convicções, e isso me deu força pra continuar e me dedicar ainda mais para chegar até aqui. Obrigado Osmar, Elenita, Gustavo e Leonardo por me amarem tanto e acreditarem em mim... Vocês com certeza vão ver os frutos de todos esses anos de dedicação.

A minha mãe Ana, que iniciou essa caminhada comigo, mas que em um momento muito triste dessa jornada, me deixou, porém contribuiu muito para a minha criação, e isso determinou muitas coisas nessa formação acadêmica. Gostaria que você estivesse aqui fisicamente, mas está em meu coração pra sempre.

A família Indalêncio Gerônimo pelo apoio, e principalmente por me acolher tão bem nessa cidade, e me darem a oportunidade de fazer parte dessa família tão especial.

Essa conquista também é de vocês: Jaíne, Raquel, Rosiane, Daniel, Regiane, André, Laís e Isabel.

A todos os professores da ULBRA/Carazinho E UPF/Passo Fundo, por serem os propulsores dessa conquista, por me ensinarem o que é o Serviço Social e o que ele pode fazer. Nunca me esquecerei dos nossos dias, muitos deles extremamente frios, mas muito agradáveis. Gostaria que todos pudessem estar aqui, nesse momento tão importante pra mim. Muito obrigado!

A todos os professores e colegas da UFSC, que me proporcionaram momentos marcantes e inesquecíveis, que nos possibilitaram trocas e discussões que ajudaram a nos tornar o que somos hoje, assistentes sociais preparados para atuar nessa realidade tão complexa.

A todos os meus colegas e amigos do Instituto Guga Kuerten que foram essenciais nessa reta final de formação. Foram muitos momentos inesquecíveis, alguns difíceis e sérios, mas outros extremamente descontraídos e divertidos. Agradeço especialmente a toda a equipe de coordenação: Marcelo, Suelen e Silvana por acreditarem no meu potencial, e atualmente me proporcionarem uma nova experiência profissional, muito obrigado! Não posso esquecer também de todas as crianças e adolescentes que enriqueceram os meus dias nesse um ano de estágio no IGK, vocês são demais!

Não conseguirei citar todas as pessoas que participaram dessa jornada, e que de alguma maneira foram participantes, mas enfim, eu consegui chegar até aqui, não sozinha, mas com a ajuda de muitos colaboradores.

GERÔNIMO, Larissa Libert. **A importância do Trabalho em Rede na Garantia dos Direitos Sociais: Uma Experiência no Instituto Guga Kuerten e no bairro Itacorubi (Florianópolis/SC).** 2013. fs. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

RESUMO

O presente estudo tematiza sobre o trabalho em rede, assunto que foi escolhido a partir da experiência de estágio obrigatório realizado no Instituto Guga Kuerten, no Programa Campeões da Vida, especificamente no Núcleo Itacorubi. Esse tema se tornou relevante devido à complexidade das demandas dos usuários, se tornando necessário fazer contato com outras instituições para resolvê-las. A partir dos primeiros contatos com outras instituições, percebeu-se o quanto é importante o trabalho em rede, já que atualmente os serviços sociais são fragmentados e dificilmente conseguem abranger todas as necessidades sociais da população em um único serviço. Decorrente a essas percepções achou-se relevante estudar esse tema mais profundamente, que poderá servir de subsídio principalmente para o Serviço Social, profissão que tem um caráter interventivo e que seu papel fundamental é o enfrentamento da questão social, através da garantia e luta pelos direitos sociais. Primeiramente o trabalho visa explicar as categorias teóricas que fundamentam o trabalho em rede, sobretudo fazendo uma interlocução com o sistema econômico vigente, e posteriormente se reflete sobre a prática profissional do assistente social quando se refere a esse tema. O segundo capítulo tem o objetivo de dar visibilidade à história do Instituto Guga Kuerten, resgatando a natureza de suas ações e a prática do Serviço Social na instituição. Também se disserta sobre o bairro Itacorubi, e logo após, se faz um breve apontamento sobre cada instituição da rede de atendimento social do bairro. No terceiro capítulo analisam-se dados de uma pesquisa realizada no período de estágio obrigatório realizado no Instituto Guga Kuerten, referente ao fortalecimento do trabalho em rede no bairro, levantando estratégias e possibilidades de melhoria dessa prática, com o intuito de garantir um atendimento de qualidade à população usuária.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho em Rede. Serviço Social. Instituto Guga Kuerten. Bairro Itacorubi.

LISTA DE SIGLAS

ACM – Associação Catarinense de Medicina

ASTEL – Associação Esportiva e Social de Florianópolis

CEC – Centro de Educação Complementar

CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A

COEPAD – Cooperativa Social de Pais, Amigos e Portadores de Deficiência

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

FAPS – Fundo de Apoio a Projetos Sociais

FMI – Fundo Monetário Internacional

IGK – Instituto Guga Kuerten

NASF – Núcleo de Apoio a Saúde da Família

PAIF – Proteção e Atendimento Integral à Família

SUS – Sistema Único de Saúde

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 O TRABALHO EM REDE E O SERVIÇO SOCIAL.....	12
1.1 REDE: o que significa?.....	12
1.2 CATEGORIA TRABALHO.....	17
1.3 TRABALHO EM REDE.....	22
1.3.1 O Modo de Produção Capitalista e a Questão Social.....	23
1.3.2 O Trabalho em Rede e a Questão Social.....	26
1.4 O TRABALHO EM REDE COMO POSSIBILIDADE DE ESTRATÉGIA PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL.....	32
2 O INSTITUTO GUGA KUERTEN E A REDE DE ATENDIMENTO SOCIAL DO BAIRRO ITACORUBI.....	38
2.1 O INSTITUTO GUGA KUERTEN.....	38
2.1.1 O Serviço Social no Instituto Guga Kuerten.....	46
2.1.2 O Instituto Guga Kuerten como Instituição do Terceiro Setor e as Possíveis Estratégias de Intervenção do Serviço Social.....	50
2.2 CARACTERÍSTICAS DE FLORIANÓPOLIS E DO BAIRRO ITACORUBI.....	53
2.2.1 Rede de Atendimento Social do Bairro Itacorubi.....	55
3 ANÁLISE DA REDE DE ATENDIMENTO SOCIAL DO BAIRRO ITACORUBI..	61
3.1 CONCEPÇÃO DO TRABALHO EM REDE.....	61
3.2 IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DA REDE DE ATENDIMENTO SOCIAL DO BAIRRO ITACORUBI.....	64
3.3 ESTRATÉGIAS DE FORTALECIMENTO.....	70
3.3.1 Estratégias Sistematizadas.....	71
3.3.2 Possibilidades de Contribuições do Instituto Guga Kuerten no Fortalecimento da Rede.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	82
APÊNDICES.....	88

INTRODUÇÃO

Sabe-se que a realidade social apresentada na dinâmica da sociedade capitalista é complexa e, sobretudo desigual. Nesse sentido, a partir do estágio curricular obrigatório em Serviço Social realizado no Instituto Guga Kuerten, no Programa Campeões da Vida – Núcleo Itacorubi, no ano de 2012, evidenciou-se essa realidade na vida das crianças e adolescentes usuárias da instituição. Através da prática profissional, durante esse período foram realizadas várias intervenções profissionais, e concluiu-se que a atuação profissional de uma instituição precisa estar articulada com outras, para que a abrangência das ações seja verdadeiramente efetiva.

Diante dessa circunstância, a presente estudante escolheu analisar e refletir sobre a importância do Trabalho em Rede como possibilidade de ampliação da garantia e do acesso aos direitos. Como a atuação no estágio estava prioritariamente voltada para o bairro Itacorubi, em Florianópolis/SC, que conta com várias instituições de atendimento social, achou-se relevante e coerente delimitar o estudo somente a esse território, para que pudesse ser realizado um estudo mais aprofundado nessa realidade. Então, o objeto de estudo é o Trabalho em Rede, mas focalizando-se na análise da Rede de Atendimento Social do bairro Itacorubi, tendo como ponto de partida o Instituto Guga Kuerten, onde a inserção profissional se deu de forma mais aprofundada em decorrência do estágio.

Na primeira seção desse estudo busca-se a elucidação conceitual do Trabalho em Rede, através do resgate dos significados científicos da palavra rede e da palavra trabalho. Posteriormente demonstra-se através de argumentos científicos e da própria realidade social, o quanto o trabalho em rede pode contribuir para o enfrentamento da questão social, diante do contexto da sociedade capitalista. Para finalizar a seção, evidencia-se o Trabalho em Rede como possibilidade de prática profissional do Serviço Social.

Na segunda seção resgata-se a história do Instituto Guga Kuerten e a natureza de suas intervenções, de seus programas e projetos, situando-o no terceiro

setor e também delimitando a prática do Serviço Social na instituição. Logo após esse resgate, situa-se a cidade de Florianópolis/SC, levantando dados relevantes quanto às características populacionais, sociais, demográficas, etc., também mostrando o quanto a cidade é perpassada por fenômenos mundiais, principalmente relacionados à economia capitalista. Posteriormente, é feita uma caracterização do bairro Itacorubi, que é o território escolhido para realizar a análise de suas relações sociais, sendo que através dessa contextualização, é feito um breve apontamento das instituições que compõem a Rede de Atendimento Social do bairro, que foram previamente mapeadas, através de contatos anteriores que o Instituto Guga Kuerten realiza no acompanhamento das crianças e adolescentes usuárias.

Na seção três é feita a análise da Rede de Atendimento Social do bairro Itacorubi, através de uma pesquisa qualitativa realizada pela presente estudante, no período de estágio obrigatório no Instituto Guga Kuerten. A pesquisa fazia parte do Projeto de Intervenção proposto na disciplina de Supervisão de Estágio II, do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, com o intuito de fomentar o fortalecimento das práticas em rede nesse território, com o objetivo de garantir melhores atendimentos à população e, além disso, diminuir a fragmentação e duplicação dos atendimentos. A pesquisa consistiu na aplicação de uma entrevista, com perguntas semiestruturadas, que se focalizaram em resgatar qual é a concepção que alguns profissionais das instituições, previamente selecionados, têm sobre o trabalho em rede e também levantar estratégias para fortalecer a rede.

Portanto, esse estudo tem o grande objetivo de não ser somente um aprofundamento teórico, mas sim servir de subsídio para a prática profissional das várias instituições que compõem a Rede de Atendimento Social do bairro Itacorubi, sobretudo, deixando uma contribuição para o Serviço Social do Instituto Guga Kuerten, que tem o papel de fazer a interlocução com os outros profissionais que atuam com as crianças e adolescentes e suas famílias, que muitas vezes são usuários em comum das várias instituições do território.

1 O TRABALHO EM REDE E O SERVIÇO SOCIAL

A terminologia rede não é um conceito novo, porém, atualmente, ele vem sendo utilizado para caracterizar novas formas de gestão, tanto no setor público, como privado, decorrente das características de um mundo globalizado que vem sofrendo rápidas mudanças, principalmente com o maior acesso a informação e ao consumo, o que define mudanças relativas nos padrões socioculturais e também nas próprias organizações.

O primeiro capítulo tem o objetivo de elucidar algumas categorias centrais nesse Trabalho de Conclusão de Curso, tendo como foco o trabalho em rede, característico dessas novas formas de gestão citadas acima, resgatando o papel do assistente social nesse processo.

1.1 REDE: O QUE SIGNIFICA?

Ao longo da história, a palavra rede foi empregada de maneiras diferentes, e é de grande importância compreender esse processo, para entender o real significado que ela pode dar a ação profissional nos dias de hoje. Primeiramente é importante compreender o que a palavra rede literalmente significa:

[...] entende-se por redes uma quantidade de pontos ou nós, interligados por relações que podem ser de vários tipos. A palavra começou por nomear um dispositivo feito de cabos interligados numa malha, utilizando desde épocas pré-históricas na pesca e na caça (SCHERER-WARREN apud COSTA, 2011).

Compreende-se que pela definição literal da palavra rede, seu significado remete-se a noção de teia, de ligação, de junção, etc. Pela representação desse significado, esse conceito é utilizado por diversas áreas do conhecimento humano,

sendo objeto de estudo da biologia, passando pelas ciências exatas, até as ciências sociais.

A Biologia conceitua a rede como o único padrão de organização comum a todos os seres vivos, sendo um sistema de laços realimentados. Essa definição foi criada por ecologistas das décadas de 1920 e 1930 que estudavam as teias alimentares e os ciclos da vida (SILVA apud COSTA, 2011).

A terminologia rede na Geografia refere-se às redes territoriais e redes sociais urbanas amplas. A Administração estuda as redes nas organizações empresariais, já na Economia foram criados conceitos ligados às redes no âmbito do mercado, do consumo e da produção. Na Ciência da Computação o conceito vincula-se as redes de informação. (SILVA apud COSTA, 2011).

Na Antropologia, o conceito é vinculado às redes de famílias, de amizade, ou seja, as relações primárias. Na Sociologia vem à noção de redes de articulação político-ideológica ou simbólica. A Psicologia utiliza-se do conceito da rede extraído da Teoria dos Gráficos Matemáticos para o estudo das relações sociais. (SILVA apud COSTA, 2011).

Por outro lado, o conceito de rede está vinculado a seguinte definição: “As redes podem ser consideradas como sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de objetivos ou realizações comuns”. Pode-se dizer que o conceito de rede passou a ter diversos significados para as diferentes áreas do conhecimento ao longo da história, porém, no contexto do presente trabalho o mais importante é a compreensão dessa última citação, aliada ao entendimento que as redes como sistemas organizacionais são uma alternativa capaz de possibilitar e responder as demandas presentes nas diversas esferas de atuação e articulação social distintas (NEVES, 2009).

Nesse sentido, é relevante apresentar a ideia central que a concepção da rede como um sistema organizacional esta sendo abordada aqui, já que existem maneiras opostas e diferenciadas na aplicação desse conceito ao longo da história. Os estudos sobre o tema rede são diversificados nas produções contemporâneas e suas aplicações práticas ainda mais.

O enfoque “nas décadas de 1960 a 1980, traz a atuação em rede como estratégia fundamental nos processos de transformação social, que se expressa nas redes de movimentos sociais” (SCHERER-WARREN, 2005). Nesse contexto, o termo rede também é utilizado para “designar uma cadeia de serviços que apresentam certa similaridade e subordinação a uma organização e cuja gestão é centralizada e hierárquica, porém com ações desconcentradas, garantindo-se uniformidade de procedimentos operacionais” (CARVALHO, 1995).

Na década de 1990, o conceito de rede sofre um grande avanço porque se vinculam a novos elementos importantíssimos que determinam o rumo do sistema organizacional em rede mais ampliado, já que:

[...] apontam para a interação de diferentes agentes, serviços, organizações, movimentos e comunidades, através de vínculos horizontais, de interdependência e complementaridade, e não mais de relações hierárquicas intra-organizacionais. (CARVALHO apud TUMELERO; BERTELLI; NECKEL; LAZARIN, 2010).

A rede como sistema organizacional no seu sentido ideológico perpassa por algumas características inter-relacionais no âmbito da comunicação que a definem: interação, vínculos não hierarquizados e intercâmbio de informações e trocas diversas (NEVES, 2009). Através dessa percepção compreende-se que a rede minimamente compartilha objetivos e tarefas comuns, e que apesar de suas diversificadas tarefas primárias, são capazes de promover uma organização em prol dos resultados finais.

Embora o foco central desse estudo não seja estudar a fundo os movimentos sociais, é de suma importância reservar um espaço para a perspectiva do tema redes com foco nessa temática, que vem sendo amplamente discutido pela autora Ilse Scherer-Warren, que tem contribuído muito para o Serviço Social.

Os movimentos sociais em sociedade globalizadas, informatizadas e multiculturais tem sofrido diversas mudanças, e a natureza e o sentido das lutas tem sido modificadas dependendo do contexto histórico, cultural e social, e é nesse sentido que a temática das redes se apresenta como relevante.

Como já citado acima, as ciências sociais também vem incorporando o tema redes em seus estudos, porém a interpretação e a utilização dada a ela têm sido variada. Scherer- Warren utiliza o termo para retratar a sociedade civil a partir de uma integração de diversidade.

[...] a sociedade civil é a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade, para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas (SCHERER- WARREN, 2006, p. 110).

É realizada uma caracterização desses níveis presentes na sociedade:

1. No primeiro nível estão o associativismo local, que são representados basicamente por associações civis e comunitárias, movimentos populares e sujeitos locais, envolvidos em causas sociais. Estão inseridas nesse nível as ONG's, o terceiro setor, acampamentos/assentamentos dos sem-teto e sem-terra. É importante ressaltar que essas organizações locais tem buscado participar de redes nacionais e transnacionais de movimentos por meio de articulações interorganizacionais, como fóruns da sociedade civil organizada (DINIZ; GOMIDE; PAZ; SILVA; WANDERLEY, 2012).
2. No segundo nível estão as formas de organização interorganizacionais que incluem os fóruns da sociedade civil e as associações nacionais de ONG's. Essas organizações articulam-se entre si utilizando a internet e buscando o fortalecimento da sociedade civil (DINIZ; GOMIDE; PAZ; SILVA; WANDERLEY, 2012).
3. No terceiro nível localizam-se as marchas e as mobilizações no espaço público, resultantes das articulações de movimentos sociais organizados. Essas manifestações na esfera pública buscam transcender as próprias organizações, buscando a participação de simpatizantes, tendo como objetivo principal produzir visibilidade por intermédio da mídia e efeitos simbólicos. Atualmente existem exemplos bem fortes dessa forma de organização, como por exemplo: A Marcha da Diversidade (DINIZ; GOMIDE; PAZ; SILVA; WANDERLEY, 2012).

Os níveis explicitados aqui expressam interesses muitas vezes mais específicos e restritos, mas também se referem a articulações mais amplas, universais e globalizadas. A autora defende que a noção de rede vem sendo utilizada pelos movimentos sociais para se referir a estratégias coletivas, baseadas na cultura da solidariedade, da cooperação, da horizontalidade e da democracia, focalizando em uma nova forma de organização societária (DINIZ; GOMIDE; PAZ; SILVA; WANDERLEY, 2012).

Ao estudar as várias definições do conceito de rede com enfoques antropológicos e sociológicos, a autora afirma que centralmente as redes sociais estão relacionadas com o tecido social, seja somente referindo-se ao sistema social ou até mesmo a relações preexistentes. Defende-se a ideia que a formação de redes perpassa pelas relações interpessoais (parentesco, vizinhança, amizade) e que também é característica de articulações políticas, ideológicas ou simbólicas entre atores coletivos (DINIZ; GOMIDE; PAZ; SILVA; WANDERLEY, 2012).

Os movimentos sociais em termos de redes são analisados a partir das formas de articulação entre o local e o global, entre o particular e o universal, entre o uno e o diverso, na conexão de vários atores sociais. No século XXI, surgem um número cada vez maior de movimentos transnacionais, como por exemplo, organizações de direitos humanos, pela paz, ecologistas, feministas, étnicos, etc., que são caracterizados como movimentos sociais emergentes. (SCHERER-WARREN, 1999).

Eles são a síntese articulatória de vários submovimentos identitários, conectados por meio de redes, resultado da articulação entre os vários níveis, dando a visualização de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade (SCHERER-WARREN, 2007).

Todo esse processo de articulação nos diversos níveis se configura o que a autora chama de rede de movimento social, referindo-se basicamente a articulação entre os vários sujeitos e organizações. A ideia de rede:

[...] pressupõe a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas. Em outras palavras, movimento social, se constitui em torno de uma identidade ou identificação, da definição de adversários ou opositores e de um projeto ou utopia, num contínuo processo em construção e resulta das interações das múltiplas articulações acima mencionadas, significando [...] um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113).

As redes possibilitam que sujeitos sociais diversificados se articulem em favor da luta contra a exclusão social, em diferentes dimensões, como em relação pobreza, etnia, gênero, etc. Portanto, as redes aproximam e conseqüentemente criam espaços interorganizacionais de trocas, de comunicação e debates entre os agentes políticos e as diversas organizações que participam desses processos organizatórios (DINIZ; GOMIDE; PAZ; SILVA; WANDERLEY, 2012).

1.2 CATEGORIA TRABALHO

O significado central do conceito de rede, definido nesse trabalho, tem uma conotação propositiva. É nesse sentido que o objeto de estudo não é simplesmente o conceito “rede” e sim “trabalho em rede”, já que a categoria “trabalho” pressupõe reflexões importantes que vão ao encontro da definição de rede como uma estratégia de ação coletiva.

A categoria trabalho referenciada nesse estudo, é um conceito mais amplo que simplesmente a ação do emprego ou do trabalho assalariado, mas é visto como uma “atividade social presente em todas as sociedades, apesar das diferentes definições do que seja trabalho” (BLASS, 1999).

Existem vários autores que estudam a categoria trabalho, porém a que dá conta do significado desse estudo é a análise marxiana. Marx em seus estudos retoma duas dimensões do que significa o trabalho.

Uma delas diz respeito ao trabalho como fundante do ser social, pela possibilidade de o sujeito exercitar atos de criação na transformação de elementos materiais e nas relações sociais, através das quais possa reconhecer sua dimensão humana e social (TUMELERO; BERTELLI; NECKEL; LAZARIN, 2010, p. 2).

Marx defende a ideia que todos os sujeitos devem ter liberdade de fazer seus próprios atos de criação como também escolher o tempo necessário para realizá-lo, e mais ainda, que no final, o sujeito se aproprie dos resultados decorrentes do seu trabalho. Por outro lado, a segunda afirmação que Marx faz é que:

[...] as mudanças vivenciadas nos processos de trabalho a partir da primeira revolução industrial evidenciam uma nova característica ao trabalho, que na análise de Marx se transforma em mercadoria na dinâmica de afirmação do sistema econômico capitalista. Desta forma, ainda que se mantendo como elemento constituinte do ser social, o será com efeitos opostos: não mais como ato criador, potencialidade na emancipação humana, antes como meio de alienação e coisificação do ser humano/trabalhador (TUMELERO; BERTELLI; NECKEL; LAZARIN, 2010, p. 3).

Lukács, a partir de Marx afirma que o trabalho tem um lugar central na função de mediar o intercâmbio do homem, que é toda a sociedade, com a natureza. O trabalho por seu caráter intermediário entre homem/natureza desempenha o papel de mudar o homem como um ser meramente biológico, para um ser social.

Em *O Capital*, Marx afirma que “[...] o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, em sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza” (MARX apud HOLANDA, 2002). O trabalho é meramente humano, e é por isso que Marx exemplifica a diferenciação ontológica entre a abelha e o arquiteto:

“[...] o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. (MARX apud HOLANDA, 2002, p. 7)

Quando Marx diferencia ontologicamente a abelha e o arquiteto, ele apreende o pôr teleológico que o trabalho tem como ação humana, já que antes de

colocar qualquer projeto em prática, este já tinha sido projetado em sua consciência. Portanto, quando Lukács bebe na teoria de Marx, ele afirma que “a teleologia é a categoria ontológica central do trabalho”. (HOLANDA, 2002). Isso significa que fora do trabalho, não há teleologia, porque a essência do trabalho é a relação objetiva entre teleologia e causalidade.

As explicações acima levantam categorias centrais da teoria da Marx, e é de suma importância compreendê-las para o total entendimento da dimensão do trabalho para o ser social. Marx afirma que “[...] as categorias exprimem, portanto, formas de existência, condições de existência determinadas” (COSTA; VASCONCELOS, 2005). O pensamento de Marx opera com o que é real, para avaliar as questões epistemológicas e metodológicas impostas pelo ser para o seu conhecimento.

A categoria *ontológica* em Marx: “[...] possui como fundamento a unidade indissolúvel entre a subjetividade e objetividade, que esta presente na atividade matriz da sociedade, o trabalho” (COSTA; VASCONCELOS, 2005). Pode-se afirmar que a ontologia marxiana é uma ontologia histórica e materialista do ser social, sendo assim, é o estudo do ser social dentro de suas relações sociais históricas e materiais no contexto global de produção capitalista.

A categoria *causalidade* é definida como: “um princípio de automovimento que repousa sobre si mesmo e que mantém esse caráter mesmo quando uma série causal tenha seu ponto de partida num ato de consciência” (HOLANDA, 2002). A *teleologia* “por sua natureza, é uma categoria posta: todo processos teleológico implica uma finalidade e, portanto, uma consciência que estabelece um fim” (HOLANDA, 2002). Essas duas categorias tem uma íntima relação no processo de trabalho.

Portanto, Marx afirma que:

O processo de trabalho [...] é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais (MARX, 1996, p. 303).

Essa afirmação refere-se à concepção de trabalho dada entre o homem (sociedade) e a natureza, independente do estágio que esse processo se encontra, seja no escravismo ou no capitalismo, isso porque a produção de bens materiais necessários à reprodução humana esta sendo realizada, ou seja, estão sendo produzidos valores de usos. (HOLANDA, 2002)

Por outro lado, existe paralelamente à relação homem-natureza, o desenvolvimento de outras relações entre seres sociais, que apesar de serem movimentadas pela teleologia e a causalidade, seu objeto não recai sobre a natureza, mas sim, na consciência de outros homens. Quando existe uma atuação que não está diretamente voltada para a natureza em si, chama-se posição teleológica secundária, “uma vez que se realizam não no âmbito da produção material, mas de reprodução social” (LUKÁCS, apud HOLANDA, 2002). Essa forma secundária de teleologia tem da mesma forma um caráter social, porque compõe a práxis social.

Tais formas mais desenvolvidas da práxis humana passaram a existir desde que o trabalho se tornou social, ou seja, desde que para realizar determinada atividade o homem passou a necessitar da cooperação de mais pessoas, independente de esta cooperação ter como objetivo apenas o valor de uso ou até mesmo o valor de troca (HOLANDA, 2002, p. 14).

A categoria *práxis* em Marx tem haver com o agir, e mais ainda com a transformação das condições sociais e naturais, definida pelo autor como atividade prático-política. Mas além dessa dimensão, Marx apreende a *práxis* como ação/investigação, ou seja, conhecer os processos sociais para ir ao encontro da transformação na perspectiva de classes sociais. Porém a *práxis* não se constitui unicamente como uma mera junção entre teoria e prática, mas sim enquanto um elemento indissolúvel da realidade social e histórica. Para Marx a ação sempre se apresenta como uma condição do conhecimento, e este por sua vez, uma condição para a ação (ASSUMPÇÃO, 2011).

Nesse sentido, o trabalho pela práxis social não tem como finalidade pura a transformação da natureza, mas a transformação dos homens e, portanto, a das relações sociais. Substitui-se a exclusiva orientação para a natureza, para se ter intenções previamente sociais.

[...] o movimento da natureza é radicalmente distinto do social, no sentido de que o primeiro opera com inteira indiferença com relação às nossas decisões; seu domínio prático requer um conhecimento correto da essência dos objetos sobre os quais incidem as posições. De modo que é fundamental a adequação dos meios para efetivar o fim posto. O segundo movimento – o social -, apesar de ter também uma legalidade “natural” própria que o faz se mover independentemente das nossas alternativas, o grau de exatidão que o envolve é algo qualitativamente diferente daquele movimento que permite conhecer causalidades naturais. Ao contrário, “trata-se de possíveis decisões alternativas de pessoas e, por isso, de algo que, por princípio, não é homogêneo e que, além disso, está em constante movimento. Deriva daí um tal grau de insegurança das posições causais que com razão se pode falar de uma diferença qualitativa relativamente ao trabalho originário” (HOLANDA, 2002, p. 15).

Nas posições teleológicas secundárias o grau de incerteza sobre o processo de trabalho é muito maior porque o fim posto é “todo um campo de reações desejadas (ou não desejadas) em relação a fatos, situações, obrigações etc. sociais” (LUKÁCS apud HOLANDA, 2002). Elas cumprem um importante papel na produção e reprodução das relações sociais, no tornar-se social do homem. Um dos exemplos que se pode citar é a questão do direito, que nas posições de trabalho não surgem de uma necessidade de reprodução da vida, mas sim se refere a uma esfera ideológica específica das relações entre os homens, que tem como objetivo atender às necessidades da totalidade social. Percebe-se então que para efetivar determinados fins no trabalho social, é necessária a cooperação de vários indivíduos (HOLANDA, 2002).

Resumidamente, apesar dos dois tipos de posições terem algo em comum, a teleologia, a primeira tem como objeto a natureza, enquanto a segunda tem como objeto agir na consciência humana para impulsionar ações desejadas por outros homens. É nesse sentido que existe uma contraditoriedade da práxis social: refere-se a uma decisão entre alternativas que os sujeitos decidem fazer ou não. Nesse sentido: “[...] todo ato social surge de uma decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras” (LUKÁCS apud HOLANDA, 2002). Porém a necessidade social influencia nas decisões desses sujeitos, já que são pressionados muitas vezes por determinada orientação para não sofrerem consequências causais negativas.

Portanto, pode-se afirmar que o trabalho com suas teleologias constitui-se como um instrumento de transformação social, já que é um ato consciente. Porém, sobretudo, o trabalho: “[...] pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais

perfeito, de determinadas finalidades e de determinados meios” (LUKÁCS apud HOLANDA, 2002), e é nesse sentido que a posição sobre uma finalidade requer uma escolha entre alternativas, mas não se pode perder de vista que as alternativas orientadas para o trabalho são decididas em circunstâncias concretas (HOLANDA, 2002).

1.3 TRABALHO EM REDE

A compreensão do significado de rede e de trabalho traz a discussão do trabalho em rede, que é o tema central desse estudo. Sabe-se que o trabalho tem o caráter social e remete além da particularidade individual dos sujeitos, ou seja, “[...] o trabalho é a única categoria no mundo dos homens que dá origem a algo para além daquilo que ele produz imediatamente” (HOLANDA, 2002). Partindo desse conceito defende-se a ideia que o trabalho, mesmo em modelos de produção que o tornam alienado, produz bens usuais que desempenham o papel de prover as necessidades humanas. De fato o trabalho cumpre um importante papel na produção e reprodução das relações sociais, e por isso, ele também é sinônimo não só da transformação da natureza, mas sim da transformação dos homens (sociedade).

O trabalho em rede, que é o tema central desse estudo, pode ser entendido “[...] como possibilidade criadora dos agentes sociais e políticos no desenvolvimento de atividades desempenhadas em organizações de distintas naturezas e, neste caso, em especial, nas políticas sociais” (TUMELERO; BERTELLI; NECKEL; LAZARIN, 2010).

Apesar da compreensão que o trabalho em rede é uma estratégia de intervenção que possibilita focalizar na transformação social, é necessário entender o modelo de sociedade da qual vivemos e que tipo de consequências esse modo de produção proporciona para a população, principalmente para se perceber o porquê nesse estudo defende-se a ideia desse tipo de intervenção e para que ela é necessária.

1.3.1 O Modo de Produção Capitalista e a Questão Social

O modo de produção capitalista é o resultado de um processo histórico na qual o valor organiza as relações sociais, políticas, econômicas e culturais (BEHRING, 2003). Marx define o capitalismo como sendo uma sociedade de produtores de mercadorias, constituída por homens "livres" para negociar seus produtos, seja apenas a sua própria força de trabalho, ou os seus instrumentos de produção (MARX, 1982).

No capitalismo as relações de produção se misturam com as relações entre mercadorias, isso porque na essência são relações entre classes sociais antagônicas, a classe trabalhadora (proletariado) vende sua força de trabalho para a classe burguesa, que detém os meios de produção. As relações sociais no capitalismo são caracterizadas por esse antagonismo de classes, uma das classes mantém uma dominação sobre a outra, ou seja, a classe trabalhadora vende a sua força de trabalho para a classe burguesa em troca de sua própria subsistência (MARX e ENGELS, 1998).

O trabalhador participa do processo de trabalho de forma fragmentada e não detém o controle sobre a sua totalidade e nem ao menos sobre o produto do seu trabalho. Este produz um valor a mais do que o valor de uso do produto, que é apropriado pelo capitalista. Este, por sua vez, destina um salário ao trabalhador para sua sobrevivência física e capacidade de continuar produzindo, que não corresponde ao total do valor que o capitalista receberá pelo produto no ato da troca. A força de trabalho humana é um elemento crucial na produção, uma vez que conserva o valor das mercadorias (matérias-primas e instrumentos de trabalho) que ingressam no processo de produção e cria novos valores; um valor excedente que não é pago ao trabalhador: a mais-valia, ou seja, o resultado do processo capitalista de produção (ALCANTARA; LEITE, 2011, p. 2).

O modo de produção capitalista passa por ciclos ou ondas, às vezes em sua forma expansionista, outras vezes em declínio, sendo que o desequilíbrio desse sistema pressupõe sua reprodução. Dessa forma:

"[...] a expansão da acumulação capitalista necessita do desnivelamento da taxa de lucro entre os atores econômicos, com a combinação entre o desenvolvimento e subdesenvolvimento, como em um jogo, no qual para uns ganharem, outros têm que perder" (BEHRING apud ALCANTARA; LEITE, 2011, p. 3).

Todavia, apesar do esforço do capitalismo de manter as condições de desequilíbrio, a mecanização que cresce cada dia leva a um nivelamento geral da produtividade média do trabalho, diminuindo a extração de superlucros e começando uma onda de declínio do modo de produção, gerando as crises cíclicas do capital. As crises cíclicas do capitalismo são geradas antes do período expansionista, seguidas pelo declínio da taxa de lucro, vindas da contradição que existe entre a automação e a produção da mais-valia. Nessa dinâmica de crises, o capitalismo enfrentou, no final do século XX, profundas transformações: geográficas e geopolíticas na produção e organização do processo de trabalho, nas formas de consumo, na ação do Estado e nas estratégias de poder (ALCANTARA; LEITE, 2011).

Após a Segunda Guerra Mundial, surge o chamado WelfareState ou Estado de Bem-Estar Social, sendo uma estratégia do capitalismo para a recuperação do crescimento econômico, que tinha como foco as estratégias keynesianas de intervenção estatal, que eram garantir a proteção social para as pessoas, principalmente de pleno emprego, para assim criar condição de um consumo em massa, para movimentar as economias.

Porém a partir de 1970, o capital sofreu mais uma de suas crises, passando a ser realizada a transição no processo de acumulação do capital para processos mais flexíveis, característico do toyotismo. Isso resultou em um desmante do Estado de proteção Social concedidos no pós-guerra. Esse processo gera uma reestruturação no capitalismo internacional, criando um centro imperialista, que é os Estados Unidos (EUA), que cria "[...] um regime financeiro forte e com controle sobre as instituições financeiras globais através da manipulação do crédito e das práticas de administração da dívida" (ALCANTARA; LEITE, 2011).

Essa financeirização se expandiu para vários países no mundo inteiro, que "passou a determinar a forma de distribuição das riquezas, o nível de emprego assalariado e os ritmos dos investimentos financeiros" (ALCANTARA; LEITE, 2011). A economia passou a ser operacionalizada pelos bancos, companhias de seguro, fundos de pensão e sociedades financeiras de investimento coletivo. A esse fenômeno, denominou-se globalização da economia, já que a ideia central é determinar de forma globalizada como que as economias dos países devem ser gerenciadas, e também que a distribuição da riqueza socialmente produzida seja cada vez mais acumulada, gerando uma nova fase de expansão de acumulação capitalista. Todas essas ações somente potencializaram as desigualdades sociais

no mundo, principalmente nos países de terceiro mundo, ou seja, os mais pobres, e aumentou o desnível econômico entre as nações.

Nesse contexto, os países tem sua soberania nacional comprometidas, porque as economias se tornam mundializadas, e a intervenção estatal deve ser mínima, somente deve ser forte para garantir as mudanças estruturais que os organismos internacionais, como o FMI (Fundo Monetário Internacional), propõem para a gestão do país. Há também um direcionamento muito forte para que qualquer movimento de resistência e oposição por parte dos movimentos sociais seja combatido, já que é necessário manter as condições para a manutenção da produção e consumo influenciados pelo capital mundializado (ALCANTARA; LEITE, 2011).

Todo esse cenário econômico é retratado na realidade brasileira, e principalmente quando se trata da abertura para o mercado financeiro, ocasionando na submissão do país ao capital financeiro mundial. Apesar de que no Brasil não tenha ocorrido o WelfareState, alguns direitos foram conquistados pela luta popular ao longo da história, principalmente direitos trabalhistas e sociais, no entanto, com a abertura econômica do país, começam a acontecer os desmanches no sistema de direitos, já que há uma submissão as ordens dos organismos internacionais, ou seja, que o Estado seja mínimo em relação à proteção social, já que uma das lógicas do neoliberalismo é que o capital oferece a todas as pessoas as mesmas oportunidades para conquistar a sua subsistência.

Transformações históricas de monta alteraram a face do capitalismo e de nossas sociedades na América Latina nas últimas três décadas. Em resposta a uma onda longa de crise [...] o capitalismo avançou em sua vocação de internacionalizar a produção e os mercados, aprofundando o desenvolvimento desigual e combinado entre as nações e no seu interior entre classes e grupos sociais no âmago das relações dialéticas entre imperialismo e dependência. Os países centrais passam a preconizar, por intermédio dos organismos multilaterais, “ajustes estruturais” por parte dos Estados nacionais: ajustes esses que dão livre curso ao capital especulativo financeiro destituído de regulamentações, voltado à lucratividade dos grandes conglomerados multinacionais, o que exige um Estado forte – ao contrário do que é propalado pelo discurso neoliberal – para traduzir essas demandas em políticas nacionais e resistir à oposição e protestos de muitos (PETRAS apudIAMAMOTO, 2009, p. 14).

Sabe-se que a questão social pode ser definida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 1999).

O crescimento das desigualdades sociais e a regressão de direitos civis e sociais relacionam-se estritamente à sociedade capitalista, já que a própria questão social esta fundada na apropriação privada da produção coletiva, ou seja, na exploração da classe trabalhadora. Com o surgimento do trabalho “livre”, surge também à alienação do trabalhador em relação ao produto de seu trabalho, porque apesar de receber um bem monetário por ele, não há o reconhecimento do produto final (IAMAMOTO, 2007).

Portanto, o cenário atual é que a economia, a política e a cultura, que tem o papel fundamental de organização da sociedade, estão em alguma medida subordinadas ao capital. Por isso, é imposta uma nova forma de sociabilidade, tendendo a mercantilização das relações sociais, na qual a lógica do capital perpassa não só a esfera produtiva, mas insere-se nos modos de circulação e consumo das mercadorias (NETTO, 2007).

1.3.2 O Trabalho em Rede e a Questão Social

As desigualdades sociais gestadas ao longo do processo de formação sócio-histórica do país perpetuam-se e agravam-se no presente contexto do sistema capitalista. Diante disso pode-se afirmar que existe:

“[...] o domínio da política econômica sobre a política social, porque o tratamento subalterno dado às políticas no Brasil tem resultado na crescente mercantilização dos serviços tido como básicos à população, quais sejam, os do campo da saúde, da educação ou da habitação, levando a crer num processo de desresponsabilização do Estado” (NASCIMENTO, 2010, p. 97).

Porém, através de um processo histórico de conquista de direitos, através dos movimentos sociais, tendo seu marco principal a Constituição Brasileira de 1988, existem legislativamente garantidos alguns direitos sociais, consolidados através de políticas públicas, que tem como foco atender as necessidades da população.

A constituição brasileira de 1988 – a “Constituição Cidadã” no dizer de Ulisses Guimarães – é uma Constituição dirigente. Define, por meio de normas constitucionais programáticas, fins e programas de ação futura para a melhoria das condições sociais e econômicas da população. A intensa participação popular no decorrer de sua construção criou condições para que o Brasil tivesse uma Constituição democrática e comprometida com a supremacia do direito e a promoção da justiça. A partir dela, o Estado brasileiro passou a ter o dever jurídico-constitucional de realizar a justiça social. Nas palavras de Marilena Chaui (2006) este avanço é fruto da “atividade democrática social [que] realizar-se como um contrapoder social que determina, dirige, controla e modifica a ação estatal e o poder dos governantes... com a criação de direitos reais, a ampliação de direitos existentes e a criação de novos direitos” (BAPTISTA, 2012, p. 185).

Ter os direitos reconhecidos constitucionalmente possibilita a reivindicação de sua garantia, principalmente para a classe trabalhadora que não tem recursos para pagar pelos cuidados de saúde e também ter acesso à educação privada. A omissão por parte do poder público de garantir um direito constitucional pode levar a responsabilização Judicial (BAPTISTA, 2012).

O maior problema da Constituição de 1988 tem sido a sua concretização, apesar dos meios jurídicos. Existem dois principais motivos para que a implementação da Constituição não aconteça. Em primeiro lugar, o projeto constitucional tem sua consolidação limitada porque dependida vontade dos detentores do poder político para a sua implementação. Em segundo lugar, esta o contexto social, já que a Constituição de 1988 foi aprovada em um período de hegemonia neoliberal, cuja ideologia é expropriadora dos direitos sociais e joga na competição selvagem do mercado toda a população, seja qual for à classe social (BAPTISTA, 2012).

As reformas econômicas, postas em prática em função desse projeto internacional de desenvolvimento econômico, ampliaram ainda mais as diferenças, colocaram em risco o padrão mínimo de proteção e de garantias de direitos sociais em todo o mundo (BAPTISTA, 2012, p. 186).

Através dessas reformas, o Estado brasileiro passa por uma reforma, esta que tem como foco a minimização de suas ações, repassando a gestão da “pobreza” para a sociedade civil organizada. Sendo assim:

O espaço das políticas sociais não implementadas pelo Estado tem sido preenchido, de forma considerável, por entidades da sociedade comumente denominadas Organizações Não-Governamentais, ou outras organizações sociais do chamado “terceiro setor”. Considera-se terceiro setor o “conjunto de instituições, ONGs, fundações etc. que, desempenhando funções públicas, encontram-se fora do Estado, no espaço de interseção entre este e o mercado, porém sem declarar fins lucrativos” (MONTAÑOapud SANTOS, 2007, p. 126).

Afirma-se então que o terceiro setor “[...] atende a demandas específicas de segmentos sociais subalternizados e que surge como salvador da falência do Estado pela participação e responsabilização da sociedade” (SANTOS, 2007).

Portanto diante da realidade brasileira:

A garantia de direitos, no âmbito de nossa sociedade, é de responsabilidade de diferentes instituições que atuam de acordo com suas competências: as instituições legislativas nos diferentes níveis governamentais; as instituições ligadas ao sistema de justiça – a promotoria, o Judiciário, a Defensoria Pública, o Conselho Tutelar – aquelas responsáveis pelas políticas e pelo conjunto de serviços e programas de atendimento direto (organizações governamentais e não-governamentais) nas áreas de educação, saúde, trabalho, esportes, lazer, cultura, assistência social; aquelas que, representando a sociedade, são responsáveis pela formulação de políticas e pelo controle das ações do poder público; e, ainda, aquelas que têm a possibilidade de disseminar direitos fazendo chegar a diferentes espaços da sociedade o conhecimento e a discussão sobre os mesmos: a mídia (escrita, falada e televisiva), o cinema e os diversificados espaços de apreensão e de discussão de saberes, como as unidades de ensino (infantil, fundamental, médio, superior, pós-graduado) e de conhecimento e crítica (seminários, congressos, encontros, grupos de trabalho) (BAPTISTA, 2012, p. 187).

Contudo, historicamente as ações realizadas por todos esses segmentos sempre foi localizada e fragmentada. Sabe-se que diante da complexidade da realidade social, dificilmente uma única instituição, da maneira como até mesmo as políticas públicas estão fragmentadas e segmentadas, dará respostas aos cidadãos de forma a realmente efetivar os direitos sociais de várias naturezas, como por exemplo, saúde, educação, assistência social, etc., ou até mesmo levantar demandas coletivas que possibilitem novas conquistas sociais.

A complexidade da atual questão social, somente poderá ser desvendada levando em consideração a construção de projetos políticos mais amplos, ou seja, que as ações sejam pensadas além das paredes institucionais, e sim seja estruturado um sistema de garantias, cujo objetivo seria viabilizar o desenvolvimento de ações integradas. Uma estratégia para a ampliação da garantia de direitos e da proteção social seria um trabalho articulado, institucionalizando uma rede de atendimento social, com as instituições que existem, sejam nos bairros, municípios, e na região, para que sejam dadas respostas efetivas as demandas da população.

Para que exista a integração das ações, é necessária que seja tecida uma articulação da rede de atendimento social, de forma intencional, através da articulação entre os sujeitos que operam as ações nas diferentes instâncias e instituições.

A articulação dessa rede relacional apoia-se na clareza dos profissionais nela participantes, de que nenhuma de suas instituições pode alcançar seus objetivos sem a contribuição e o alcance de propósitos das outras. Nessa perspectiva, essa rede deve ser tecida na própria dinâmica das relações entre as organizações cujos atos, face à garantia dos direitos, passam a ser interdependentes, tendo em vista a potencialização dos recursos para alcance desse objetivo. (BAPTISTA, 2012, p. 189).

Na operacionalização dessa rede de atendimento social, o que define a qualidade das relações vai além da simples organização e do intercâmbio de serviços, e sim, o que define é a disposição dos participantes de atuarem integradamente tendo em vista um objetivo comum: a garantia dos direitos. Para que essa integração ocorra efetivamente e sem conflitos, principalmente na questão prática de delegação de responsabilidades, é necessário se “[...] criar espaços de debate sobre sua importância no processo, no sentido de construir um acordo

programático compartilhado por todos, definido em termos de tempo, de espaço e de procedimentos” (BAPTISTA, 2012).

É importante ressaltar que:

A igualdade e a complementariedade entre as partes, entendendo por este termo todas as organizações, programas governamentais ou não-governamentais representam aspectos básicos, onde cada organização institucional que compõe a rede de atendimento social apresenta-se como fundamental para o todo, mas só formam a rede se ligadas e inter-relacionadas (NEVES, 2009, p. 150).

Não se pode priorizar na rede de atendimento diferenças hierárquicas, já que parte-se da ideia que existe uma importância muito grande das informações sejam originárias de qualquer das instituições, sendo assim, a circulação das informações tem como alvo principal o atendimento efetivo das demandas dos usuários dos serviços sociais (NEVES, 2009).

“A rede de atendimento socioassistencial constitui em uma salvaguarda, para o apoio e a proteção destinadas aos usuários dos serviços sociais e que deverão receber dessa rede o amparo e o atendimento aos seus direitos” (NEVES, 2009). É nesse sentido que:

Para ser uma rede os pontos precisam estar bem “amarrados”, ou seja, integrados e articulados para que a rede consiga cumprir o seu papel, a sua função, ou seja, a rede de atendimento socioassistencial estará sendo tecida na proporção direta da integração e articulação de seus diversos pontos, ou seja, das diversas ações desenvolvidas pelas organizações... (NEVES, 2009, p. 151).

O cidadão, sujeito de direitos, que chega para ser atendido nas diversas instituições que oferecem algum tipo de atendimento, sempre está em uma situação de vulnerabilidade social, ou seja, tem uma demanda a ser apresentada referente às suas necessidades sociais. Muitas vezes essa demanda tem sido desconsiderada por simples negações, como por exemplo: “aqui agente não atende isso” ou recebe uma negação referente aos benefícios que já é contemplado, do tipo “você já está recebendo isso que é bem melhor que nada”, como se aquele usuário minimamente não tenha ao menos o direito de ser ouvido (NEVES, 2009).

É indispensável que o objetivo principal dessa rede de atendimento social, apesar das limitações, encontre possibilidades estruturais e institucionais nos diferentes níveis ou esferas federais, estaduais ou municipais, para que exista uma maior qualidade do atendimento prestado ao usuário dos serviços sociais. Outro grande desafio da rede de atendimento social é a despersonalização das ações, ou seja, desvincular as ações dos profissionais envolvidos, passando ao patamar da institucionalização, pois somente assim efetivam-se os direitos sociais, entendendo que o usuário é um sujeito de direito, e mais ainda que ele é um ser inteiro, ou seja, não é pontual, fragmentado e separado em partes. Isso significa na prática que as necessidades sociais do usuário não existem segmentadas e separadas.

É de suma importância para que o atendimento seja de qualidade que não exista somente uma falácia sobre a rede de atendimento social, mas sim que ela seja institucionalizada, e não personificada. A grande diferença de uma ação institucionalizada consiste na independência do profissional, enquanto pessoa, da ação profissional da qual é encarregado.

Encontrar o papel mais adequado a cada organização no conjunto de articulações possíveis é um desafio a ser superado pela sociedade atual e as reformas pelas quais a sociedade tem passado levam à redução das responsabilidades do Estado no campo das políticas públicas, o que tem significado uma deterioração dos serviços sociais desta natureza, comprometendo a qualidade e a equidade dos mesmos. Desde modo, o caminho das mudanças faz-se extremamente lento e contraditório, com retração de investimentos, não equacionamento da precariedade das práticas, as quais permanecem sem conexão, tanto em relação às propostas políticas, quanto à superação dos limites impostos por essa conjuntura, caminhando na contramão dos direitos sociais assegurados pela Constituição Federal de 1988 e regulamentados através da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, da Política Nacional do Idoso, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, dentre outros (NEVES, 2009, p. 160).

Ações pontuais e desarticuladas de maneira alguma conseguirão alterar a dinâmica dos usuários dos serviços sociais. A perspectiva da rede estabelece um novo fazer social, que vai ao encontro da humanização do atendimento, porque vê o ser humano de forma inteira. É necessário nessa perspectiva conhecer a rede existente no bairro e na cidade onde a instituição está inserida, assim como uma visão ampla, além dos muros institucionais, ou seja, conhecer os programas/organizações nos demais níveis federativos e, sobretudo conhecer

verdadeiramente as características dos usuários e as principais demandas, que muitas vezes se torna demandas coletivas (NEVES, 2009).

1.4 O TRABALHO EM REDE COMO POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social é uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão sócio-técnica do trabalho. O significado sócio-histórico e ideopolítico do Serviço Social fundam-se no conjunto das práticas sociais que são requeridas pelas classes, mas que são mediadas pelo Estado, devido às expressões da questão social. A particularidade do Serviço Social no âmbito da divisão social e técnica do trabalho coletivo se encontra vinculado as configurações da questão social e as formas históricas como foi engendrado o seu enfrentamento, estes que são permeados pela ação da classe trabalhadora, do capital e do Estado (IAMAMOTO, 2009).

Diante disso, afirma-se que:

O Serviço Social brasileiro contemporâneo apresenta uma feição acadêmico-profissional e social renovada, voltada à defesa do trabalho e dos trabalhadores, do amplo acesso a terra para a produção de meios de vida, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história. Nessa direção social, a luta pela afirmação dos direitos de cidadania, que reconheça as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos sociais, é hoje fundamental como parte do processo de acumulação de forças em direção a uma forma de desenvolvimento social inclusiva para todos os indivíduos sociais (IAMAMOTO, 2009, p. 4).

O Serviço Social passou por um processo de renovação crítica, que é fruto de movimentos de luta pela democratização do país, vinculado as lutas operárias, que garantiram o fim da ditadura militar, que segundo Iannipud Iamamoto (2009), era a ditadura do grande capital. Nesse contexto de efervescência dos movimentos sociais, principalmente em torno da elaboração e aprovação da Carta Constitucional de 1988 e da defesa do Estado de Direito, que os assistentes sociais, juntamente com outros segmentos da sociedade civil, começaram a questionar a sua prática

profissional e sua concepção política. Diante desses questionamentos, impulsionou-se um processo de ruptura com o tradicionalismo profissional e seu ideário conservador. Esse processo de mudança condicionou novas preocupações que emergem na profissão, que exigem novas respostas profissionais, “[...] o que derivou em significativas alterações nos campos do ensino, da pesquisa, da regulamentação da profissão e da organização político-corporativa dos assistentes sociais” (IAMAMOTO, 2009).

Nesse contexto sócio-político, o Serviço Social brasileiro construiu um projeto profissional radicalmente inovador e crítico, com fundamentos históricos e teórico-metodológicos originários da tradição marxista, apoiado em valores e princípios humanistas, e também nas particularidades da formação histórica do país. Esse projeto ético-político se materializa no conjunto das regulamentações profissionais: o Código de Ética do Assistente Social (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (1993), e as Diretrizes Curriculares norteadoras da formação acadêmica (ABEPSS, 1996) (IAMAMOTO, 2009).

Segundo o projeto profissional da profissão, os assistentes sociais atuam nas manifestações da questão social, tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais, e seu exercício profissional está direcionado a conquista, efetivação e ampliação dos direitos de cidadania, que envolvam a coletividade.

Os espaços ocupacionais do assistente social são diversos, podendo atuar no Estado –nas esferas do poder executivo, legislativo e judiciário -, em empresas privadas capitalistas, em organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e na assessoria a organizações e movimentos sociais. Todos esses espaços são diferenciados, e cada um tem racionalidades e funções distintas na divisão sócio-técnica do trabalho, porque são permeados por relações sociais de natureza particular, capitaneadas por diferentes sujeitos sociais, figurados como empregadores (o empresariado, o Estado, associações da sociedade civil e, especificamente, os trabalhadores). Essas relações condicionam o caráter do trabalho realizado, ou seja, se está ou não voltado para a lucratividade do capital. Dependendo de sua condição, essa terá limites e possibilidades diferenciadas, assim como no seu significado social e seus efeitos e resultados na sociedade em geral. Portanto, é correto afirmar que: “[...] as incidências do trabalho profissional na sociedade não dependem apenas da atuação isolada do assistente social, mas do

conjunto das relações e condições sociais por meio das quais ele se realiza” (IAMAMOTO, 2009).

Nesses espaços profissionais os assistentes sociais atuam na formulação, planejamento e execução de políticas públicas, nas áreas de educação, saúde, previdência, assistência social, habitação, meio ambiente, entre outras, direcionados pela perspectiva de defesa e ampliação dos direitos da população. Na esfera privada, a atuação está mais voltada ao repasse de serviços, benefícios e na organização de atividades vinculadas à produção, circulação e consumo de bens e serviços. Também existe a atuação em processos organizacionais e na formação política de segmentos diferenciados de trabalhadores (CFESS apud IAMAMOTO, 2009).

[...] os profissionais realizam assessorias, consultorias e supervisão técnica; contribuem na formulação, gestão e avaliação de políticas, programas e projetos sociais; atuam na instrução de processos sociais, sentenças e decisões, especialmente no campo sociojurídico; realizam estudos socioeconômicos e orientação social a indivíduos, grupos e famílias, predominantemente das classes subalternas; impulsionam a mobilização social desses segmentos e realizam práticas educativas; formulam e desenvolvem projetos de pesquisa e de atuação técnica, além de exercer funções de magistério, direção e supervisão acadêmica (IAMAMOTO, 2009, p. 6).

A atuação do assistente social realiza:

[...] uma ação de cunho socioeducativo na prestação de serviços sociais, viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos sociais adquiram visibilidade na cena pública e possam ser reconhecidos, estimulando a organização dos diferentes segmentos dos trabalhadores na defesa e ampliação dos seus direitos, especialmente os direitos sociais. Afirma o compromisso com os direitos e interesses dos usuários, na defesa da qualidade dos serviços sociais (IAMAMOTO, 2009, p. 6).

As condições dessa atuação profissional se expressam na dinâmica das relações sociais, e suscetíveis aos interesses sociais. Os assistentes sociais participam tanto dos mecanismos de exploração e dominação, como ao mesmo tempo, na mesma atividade, tem que dar respostas às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras. A sociedade é atravessada por projetos sociais distintos (projeto de classes para a sociedade), e é nesse sentido que

também existem projetos profissionais diversos, indissociáveis dos projetos mais amplos da sociedade.

Atualmente existe uma negação da sociedade de classe, apoiada nos lastros da produção pós-moderna, que atinge profundamente as políticas públicas, que são estruturadas segundo as recomendações dos organismos internacionais consoantes aos preceitos neoliberais. Verifica-se então a tendência de fragmentação dos usuários das políticas públicas, segundo características de geração – jovens, idosos, crianças e adolescentes -, de gênero e étnico – culturais – mulheres, negros e índios -, abordados de forma transclassista, por sua distribuição territorial.

Essas dimensões multiculturais e multiétnicas fundam efetivamente as assimetrias nas relações sociais, que potencializam as desigualdades de classes, necessitando ser consideradas como componentes da política da transformação das classes trabalhadoras em sujeitos coletivos (IAMAMOTO, 2009, p. 9).

É nesse sentido que:

O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho (IAMAMOTO, 2009, p. 12).

Por isso, referente à citação acima, a análise das experiências profissionais requer muito mais que o relato e a elaboração de manuais prescritos voltados ao como fazer, mas exige uma análise crítica e teoricamente fundamentada em teorias que dão conta de ler a realidade social para construir estratégias coletivas que potencializem e reforcem os direitos nos diversos espaços ocupacionais que o assistente social atua.

“Assim, a perspectiva que move a ação não é a mera reiteração do instituído, mas o impulso ao protagonismo político dos sujeitos na articulação e defesa de suas necessidades e interesses coletivos na cena pública” (IAMAMOTO, 2009).

O atendimento em rede sob a ótica do Serviço Social está pautado na possibilidade da garantia dos direitos, principalmente porque através do compartilhamento de demandas que determinada parcela da população vivencia, pode-se compreender melhor os processos sócio-políticos, além de aumentar as possibilidades de novas intervenções, seja somente da própria categoria do Serviço Social, como também de outras categorias que compõe as equipes multidisciplinares.

A otimização da rede de atendimento social, principalmente pelo assistente social, possibilita um atendimento de qualidade, porque possibilita a utilização de todos os recursos disponíveis para garantir a resolutividade da demanda dos usuários e, além disso, a coletivização das demandas fica mais fácil de ser identificada.

Através da estrutura de um atendimento em rede, pode-se vislumbrar a possibilidade do alargamento do exercício da cidadania, assim como os atendimentos a população passam a ser mais qualificados, e conseqüentemente, a ganhar novos significados. Uma das possibilidades que garantem um atendimento de qualidade é a possibilidade da troca de informações, seja entre os profissionais, seja com os próprios usuários (NEVES, 2009).

O assistente social tem um compromisso ético-político com o processo de garantia dos direitos dos usuários, e a informação é um instrumento que poderá contribuir para isso. Segundo (VASCONCELOS apud COSTA, 2011) a maioria absoluta dos segmentos populares não tem acesso à informação na mesma proporção que é produzida a seu próprio respeito, e na maioria das vezes mesmo que tenha um mínimo contato, não consegue utilizá-lo porque não se reconhece como um sujeito de direitos e muito mesmo se percebe no processo histórico da exploração capitalista.

O Código de Ética do Serviço Social atribui a democratização da informação como estratégia e ferramenta de intervenção da profissão no seu Artigo 5º, nos incisos b, c, d, e, e f.

b. Garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e conseqüências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais resguardados os princípios deste código;

- c. Democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários;
- d. Devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;
- e. Informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro áudio-visual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos;
- f. Fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993).

A informação é um importante instrumento técnico-operativo da prática profissional do Serviço Social, pois o utilizando pode potencializar os processos de democratização dos direitos sociais e dos processos sócio-históricos da sociedade capitalista.

Além disso, a troca de informação possibilita à mobilização de recursos, através da coletivização das demandas dos usuários, o intercâmbio de dados, a efetivação das experiências junto à formulação de políticas públicas e de projetos sociais (NEVES, 2009).

A rede de atendimento social será efetiva quando os profissionais que atuam nela e principalmente o assistente social conhecer:

[...] a rede existente no bairro e na cidade onde a organização está inserida assim como ter uma visão ampla, “além dos muros”, ou seja, conhecer os programas/organizações nos demais níveis federativos e ainda, precisa-se conhecer o usuário e suas necessidades. Esse conhecimento potencializará a ação do assistente social com o usuário da política social, encaminhando-o para outras organizações que poderão atendê-lo, quando for o caso. Cada organização deve se tornar uma porta de entrada da rede de atendimento social, uma vez que pode permitir que o usuário acesse a rede em sua amplitude (NEVES, 2009, p. 163).

A rede em sua plena institucionalização pode ser considerada um elemento mediador, e representa para o usuário a melhor compreensão das suas demandas. Portanto, nos moldes do sistema de proteção social brasileiro, é imprescindível que o assistente social fortaleça a rede de atendimento social da qual está inserido, com o foco na garantia dos direitos sociais, além disso, garanta um atendimento humanizado, reconhecendo o usuário como verdadeiramente um sujeito de direitos.

2 O INSTITUTO GUGA KUERTEN E A REDE DE ATENDIMENTO SOCIAL DO BAIRRO ITACORUBI

Este capítulo tem o intuito de mostrar a história do Instituto Guga Kuerten e suas áreas de atuação. Posteriormente serão apresentados dados referentes ao bairro Itacorubi, que é a localidade da qual os usuários do Núcleo do Programa Campeões da Vida se originam. Por fim, serão apresentadas as instituições que compõem a Rede de Atendimento Social acessada pelo Instituto Guga Kuerten – Núcleo Itacorubi, e que foram previamente mapeadas no desenvolvimento do estágio obrigatório realizado na Instituição.

2.1 O INSTITUTO GUGA KUERTEN

O Instituto Guga Kuerten (IGK) foi lançado oficialmente no dia 17 de agosto de 2000, é qualificado como uma associação da sociedade civil sem fins lucrativos conforme previsto no seu Estatuto Social. É qualificado como uma Organização Não-Governamental e de acordo com a caracterização jurídica é uma organização do Terceiro Setor. O IGK possui registros de Utilidade Pública Municipal, conforme Lei nº 5.895/01 e de Utilidade Estadual, Lei nº 12.637/03.

As organizações do terceiro setor:

[...] caracterizam-se por serem organizações sem fins lucrativos, autônomas, isto é, sem vínculo com o governo, voltadas para o atendimento das necessidades de organizações de base popular, complementando a ação do Estado (TENORIO, 1998, p. 11).

O Instituto enquanto entidade social visa complementar e contribuir com o desenvolvimento humano e social, através de seus programas e projetos, sendo assim de acordo com a visão de entidade social em KISIL (2002, p. 35), constitui-se em:

[...] uma organização que tem sua identidade bem definida, se relaciona com seu meio — Estado, empresas, clubes, famílias, escolas e organizações sociais — sem, no entanto, confundir-se com eles. Sem assumir papéis que não são seus, mas de outros agentes sociais. Mantém seus objetivos e filosofia, sua competência técnica e suas escolhas, assumindo um papel de agente de desenvolvimento consciente e intencional na vida comunitária e, especialmente, nos indivíduos que escolheu como alvo de seu trabalho.

A imagem da Instituição está atrelada a figura do tenista Gustavo Kuerten, que é conhecido mundialmente pelos seus títulos, que foi criada no auge da sua carreira. Nesta perspectiva Alice Thümmel Kuerten, mãe de Guga e assistente social, resolveu institucionalizar algumas ações filantrópicas, da qual sempre a família participou. Com a criação do Instituto Guga Kuerten, iniciou-se a prática civil da família no enfrentamento das expressões da questão social.

[..]independentemente dessas nossas ações de pessoa física e considerando o sucesso do Guga conseguido graças também ao seu esforço, dedicação e disciplina, achamos que deveríamos institucionalizar também algumas ações filantrópicas criando o Instituto, para que pudesse captar recursos, investir em projetos já existentes, articular e mobilizar ações sociais e desenvolver alguns programas específicos, tanto na área do esporte como na de atendimento ao Portador de Deficiência. (INSTITUTO GUGA KUERTEN, 2011)

O IGK tem como missão: “Articular, promover e apoiar ações que visem oferecer oportunidades de desenvolvimento e integração social para todos os cidadãos, buscando fortalecer a cultura de solidariedade entre os membros de nossa sociedade” (IGK, 2012)

O Instituto tem o objetivo de desenvolver trabalhos exclusivamente educacionais, esportivos e sociais, promovendo ações educacionais e esportivas, com o foco no desenvolvimento pessoal e social, de crianças e adolescentes e pessoas com deficiência. Essas ações tem o objetivo de contribuir para a construção de uma visão mais ampla da realidade em que estão inseridos, na busca do exercício pleno de sua cidadania. (INSTITUTO GUGA KUERTEN, 2012)

Os usuários atendidos pela instituição são crianças e adolescentes entre 07 e 15 anos de idade, e pessoas com deficiência com diversas idades, provenientes de

algumas comunidades da região da Grande Florianópolis e do Município de Campos Novos/SC.

São desenvolvidos três programas no Instituto Guga Kuerten, relacionados com a missão e o objetivo da instituição. São eles:

- ✓ Fundo de Apoio a Projetos Sociais (FAPS);
- ✓ Ações Especiais;
- ✓ Esporte e Educação.

O **FAPS – Fundo de Apoio a Projetos Sociais** iniciou-se no ano de 2001, e seu objetivo principal é apoiar financeiramente e tecnicamente (através de cotas anuais doadas pelos parceiros) projetos de organizações sociais de Santa Catarina, que desenvolvam atividades voltadas para pessoas com deficiência, e/ou utilizem o esporte como estratégia de desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Em relação à assessoria técnica, ela proporciona subsídios para que as instituições desenvolvam sua visibilidade na comunidade e articulem-se na busca de parcerias financeiras e também que estreitem melhor os laços com a administração pública. (INSTITUTO GUGA KUERTEN, 2012).

O **Programa de Ações Especiais** tem como objetivo apoiar financeiramente e tecnicamente projetos que realizem ações com a mesma natureza do Instituto, através da entrada de recursos extras vindos dos parceiros do IGK. Ele foi criado pelas diversas solicitações feitas ao IGK. Anualmente, através desse programa, são realizadas duas colônias de férias: a Colônia de Férias Feliz (Balneário Camboriú), tendo como público alvo 75 pessoas com deficiências e a Colônia de Férias Voo Livre (Florianópolis) que atende 62 pessoas com deficiência. Seu objetivo é oferecer lazer, turismo e inclusão social para pessoas com Deficiência Mental e/ou Deficiência Múltipla. Também acontece o Prêmio IGK, que anualmente promove um evento que elege iniciativas que contemplem programas e projetos com o objetivo na integração de pessoas com deficiência e em vulnerabilidade social. (INSTITUTO GUGA KUERTEN, 2012)

O **Programa de Esporte e Educação Campeões da Vida** desenvolve projetos que utilizam o esporte como estratégia de desenvolvimento integral de crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade social, econômica e educacional, buscando sua plena inclusão e gerando impacto na sua formação pela

aquisição de competências. Utiliza-se como ferramenta educativa a prática de esportes, atividades pedagógicas e recreativas, com uma abordagem interdisciplinar com as seguintes profissões: Educação Física, Psicologia, Serviço Social, Pedagogia, Jornalismo, Biblioteconomia, Informática e Artes Cênicas, sendo que as atividades são norteadas pelos quatro pilares da Educação (Relatório Jacques Delors, 1996 – UNESCO): aprender a SER, aprender a CONVIVER, aprender a FAZER e aprender a CONHECER. (INSTITUTO GUGA KUERTEN, 2012).

Anualmente sempre um tema fundamenta as ações, sendo que no ano de 2012 o tema foi: APRENDER É NOTA 10. O programa tem base na articulação dos eixos fundamentais, para a formação integral de crianças e adolescentes: família, escola e Ação Complementar (Ações do IGK), potencializando esforços e possibilitando uma ação conjunta e sólida. Ao trabalhar em conjunto e no desenvolvimento das atividades, contribui-se para que as crianças e adolescentes tenham uma compreensão da totalidade da sua realidade social, e que eles possam fazer uma reflexão crítica dos seus objetivos de vida.

Os objetivos específicos do Programa são:

- ✓ Buscar melhoria do desenvolvimento motor, da saúde, da qualidade de vida e da técnica esportiva, através de atividades lúdicas e/ou recreativas;
- ✓ Contribuir com a ampliação de conhecimentos, habilidade, atitudes que favoreçam a permanência e o sucesso dos educandos na escola;
- ✓ Proporcionar aos educandos envolvidos, a oportunidade de participar de uma ação conjunta de educação e esporte com qualificação;
- ✓ Incentivar os educandos a desenvolverem habilidades, competências e valores para conhecerem suas potencialidades e se perceberem como sujeitos de direitos;
- ✓ Promover ações que fortaleçam o convívio familiar e comunitário e que incentivem a participação das famílias nas atividades de seus filhos.

O programa atende a 490 crianças e adolescentes de 07 a 15 anos no contraturno escolar, com turmas divididas por faixa etária, além de 30 pessoas com deficiência intelectual da Cooperativa de Pais, Amigos e Portadores de Deficiência (COEPAD), denominado grupo inclusivo, atendidas quinzenalmente nos núcleos Itacorubi e Saco Grande.

É composto por cinco núcleos: Itacorubi, Saco Grande, São José, Palhoça e Campos Novos. O tema do ano, já citado acima: “Aprender é nota 10!”, escolhido para o ano de 2012 é trabalhado nas oficinas realizadas nos núcleos, fundamentado nas demandas dos usuários e potencializados pelos quatro pilares da educação da UNESCO. Os núcleos têm suas particularidades, são elas:

- ✓ **Núcleo Itacorubi:** Acontece na sede da ASTEL (Associação Social e Esportiva de Florianópolis), localizado no bairro Itacorubi, em Florianópolis/SC. As atividades desse núcleo foram iniciadas no ano de 2002, e atende 120 crianças e adolescentes de 7 a 15 anos, estudantes de algumas escolas públicas do bairro (Escola Municipal Vitor Miguel, Escola Padre Alfredo Rohr e Escola Estadual Leonor de Barros). As crianças e adolescentes em sua maioria são moradores do Morro do Quilombo, pela proximidade com as escolas. As atividades são realizadas nas quartas e sextas-feiras no contraturno escolar, e as oficinas dividem-se em: tênis, esportes complementares (todos os esportes que não são o tênis) e cultural.
- ✓ **Núcleo Palhoça:** Acontece no complexo esportivo da UNISUL(Universidade do Sul de Santa Catarina), na Cidade Universitária Pedra Branca em Palhoça/SC. As atividades tiveram início em 2006, tendo como alvo crianças e adolescentes de 7 a 15 anos, estudantes de algumas escolas públicas do bairro. Atende 80 usuários duas vezes por semana, nas terças e quintas-feiras, sendo oferecidas duas oficinas de tênis e esportes complementares/cultural.
- ✓ **Núcleo São José:**Acontece no bairro Sertão do Imarui, em São José/SC, atendendo 100 crianças e adolescentes, estudantes da Escola Estadual Básica José Martins Zimmermann. Ocorre duas vezes por semana, todas as terças e quintas-feiras. São oferecidas duas oficinas: tênis e cultural/esportes complementares.
- ✓ **Núcleo Saco Grande:** Acontece na ACM – Associação Catarinense de Medicina, no bairro Saco Grande, em Florianópolis/SC. Iniciou suas atividades em 2006 e atende 90 crianças e adolescentes, estudantes da

Escola Donícia Maria da Costa. São realizadas três oficinas, tênis, cultural e esportes complementares, nas quartas e sextas-feiras.

- ✓ **Núcleo Campos Novos:** Iniciou suas atividades em 2011, e atende 100 crianças e adolescentes que são estudantes da Escola Municipal Waldemar Rupp, em Campos Novos/SC. São oferecidas suas oficinas: tênis e cultural/esportes complementares.

- ✓ **Grupo Inclusivo:** É composto por volta de 30 pessoas com deficiência intelectual da Cooperativa de Pais e Amigos da Pessoa com Deficiência (COEPAD), que tem sua sede no bairro Estreito em Florianópolis/SC. Eles são atendidos desde 2009 e participam junto com os demais educandos dos núcleos das oficinas oferecidas no Saco Grande e no Itacorubi nas sextas-feiras à tarde, revezando a sua participação nesses núcleos, cada semana estão em um desses dois espaços.

Como já citado acima, as atividades dos núcleos estão fundamentadas não só pelos saberes dos educadores em suas áreas de atuação, mas sim nos Quatro Pilares da Educação da UNESCO. Eles foram criados pelas crescentes mudanças que as sociedades contemporâneas apresentam, e suas aceleradas transformações em todos os segmentos, especialmente na área da educação. Nesse sentido, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) criou em 1993 a Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI, formada por especialistas de vários países. A comissão tinha a missão de responder essa pergunta: Que tipo de educação ofertar às novas gerações no sentido de prepará-las adequadamente para enfrentar os desafios do Século XXI? Foram realizadas pesquisas junto a escolas, especialistas, entrevistando pessoas de vários países, sendo originado o Relatório “Educação, um Tesouro a Descobrir”, que ficou conhecido como Relatório Jacques Delors, que presidiu essa comissão, apresentando o relatório a UNESCO em 1996. O Relatório propôs princípios para a renovação do processo educativo e para um novo conceito de educação, sendo

apoiado em quatro pilares: **aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.** (INSTITUTO GUGA KUERTEN, 2012).

- ✓ **Aprender a conhecer:** É oportunizar a compreensão melhor do mundo que os rodeia, apreender essa realidade e contribuir de forma consciente para a transformação e/ou preservação de suas conquistas na sociedade. É levar o educando a dominar os instrumentos para o conhecimento, ou seja, levá-los a que através da autonomia eles adquiram conhecimentos, ao invés de adquirir saberes codificados, desenvolvendo sua competência cognitiva. (INSTITUTO GUGA KUERTEN, 2012).
- ✓ **Aprender a fazer:** Esse pilar visa que o educando leve para a prática os seus conhecimentos, os preparando a adaptar a educação ao trabalho futuro, desenvolvendo a sua competência produtiva. (INSTITUTO GUGA KUERTEN, 2012).
- ✓ **Aprender a conviver:** Esse pilar tem uma dimensão pessoal, que é a aprender a lidar com os próprios desafios e uma dimensão coletiva, que é preparar-se para produzir coletivamente. É nesse sentido, que se procura desenvolver as competências relacionais, como por exemplo, respeitar o outro, saber ouvir, respeitar as diferenças, etc. (INSTITUTO GUGA KUERTEN, 2012).
- ✓ **Aprender a ser:** Esse pilar se apoia na realização da pessoa em sua totalidade, por isso, envolve o conhecimento que tem de si mesmo, do outro e do mundo. Passa pela preparação do conhecimento da sua realidade e das atitudes. É nesse sentido, que se busca desenvolver a autonomia, o espírito de iniciativa, e aprender a lidar com a liberdade respeitando o limite dos outros. É uma competência pessoal, que passa pela inteligência, sensibilidade, respeito, etc. (INSTITUTO GUGA KUERTEN, 2012)

Os princípios e objetivos do Instituto Guga Kuerten tem uma estreita relação com esses ideais e princípios, portanto, foram escolhidos para orientar as ações desenvolvidas, tendo o esporte como eixo estruturador das ações e ferramentas que

são privilegiadas para o desenvolvimento de conhecimentos, competências, habilidades e valores na sociedade como um todo. Ao repensar o processo educativo não simplesmente como aquisição de conhecimentos mecânicos, e sim com o foco no desenvolvimento de potencialidades e capacidades de forma integral, o educador passa a ter maior clareza sobre o potencial educativo de cada atividade e o que ela pode contribuir para o desenvolvimento dos educandos na sua vida como um todo.

O planejamento e avaliação das ações acontecem quinzenalmente durante reuniões da equipe de educadores de cada núcleo. Nessas reuniões, a equipe interdisciplinar avalia as ações desenvolvidas com os educandos, há também um momento da equipe da psicologia de cada núcleo fazer uma dinâmica, e logo após é feito o planejamento das atividades para a próxima quinzena. Todos os educadores em suas respectivas áreas de atuação podem dar contribuições, por isso, o planejamento é feito em conjunto. Nas reuniões também são levantadas as demandas específicas seja das turmas como um todo ou de um educando, onde se discute uma proposta de intervenção, e também dependendo do caso, é feito o encaminhamento para o Serviço Social fazer uma intervenção com a família, escola e comunidade.

Cada núcleo tem um parceiro financeiro com cotas anuais e apoiadores institucionais que podem ser repassadas mensalmente, conforme o período do Projeto. Os recursos são destinados ao pagamento de profissionais, manutenção dos espaços que são realizados o programa, nos lanches, eventos e uniformes.

Todos os anos acontecem reuniões com os pais dos educandos, e quem comanda essas reuniões são as estagiárias do Serviço Social de cada núcleo. São reuniões que tem o objetivo de planejar e avaliar as ações desenvolvidas durante o ano e também fazer uma apresentação do IGK e das suas ações. Elas acontecem duas vezes por ano, uma no início e outra no final, em cada núcleo do programa. Na reunião do final de ano é aplicado um questionário de avaliação do programa e esses dados são utilizados no planejamento das ações do ano seguinte.

Além das ações habituais dos núcleos, existem algumas que complementam os objetivos do programa, sendo elas:

- ✓ **IGKTECA:** É a biblioteca itinerante do Instituto, que tem o objetivo de incentivar a leitura das crianças e adolescentes. Como ela é móvel, circula por todos os núcleos, em dias respectivos, e acontecem empréstimos de livros e também o desenvolvimento de oficinas e atividades no espaço que ela dispõe, como a contação de histórias. Além de estar presente nos núcleos, também circula por alguns eventos da comunidade.

- ✓ **IGK News:** É o jornal bimestral do Programa Campeões da Vida, com matérias sobre as ações realizadas pelos núcleos.

- ✓ **Encontrão (Encontro de Integração dos Núcleos do IGK):** O objetivo principal é a integração das crianças e adolescentes participantes de todos os núcleos, proporcionando um dia de atividades esportivas, recreativas e culturais. É realizado anualmente, desde 2004, sempre em outubro, em comemoração ao Dia das Crianças.

- ✓ **Torneio de Tênis Internúcleos:** É realizado anualmente um torneio de tênis entre os educandos dos núcleos, motivando o aprendizado pelo esporte e o desenvolvimento de suas habilidades da mesma forma que um esportista profissional.

2.1.1 O Serviço Social no Instituto Guga Kuerten

O profissional de Serviço Social sempre se fez presente na história do Instituto Guga Kuerten. O papel deste profissional está desde o planejamento até a execução dos programas da instituição. O assistente social integra a equipe interdisciplinar com o objetivo de desenvolver trabalhos educativos através do esporte, da cultura e do lazer. O Serviço Social existe desde o início do Instituto, principalmente porque, a mãe de Guga, Alice Kuerten, é assistente social, e

atualmente tem o cargo de presidente. Foi ela que deu início aos trabalhos e posteriormente foram contratadas outras assistentes sociais. Atualmente o quadro está composto por três assistentes sociais, que desempenham funções diferentes, mas complementares e quatro estagiárias de Serviço Social.

A prática do Serviço Social no IGK está de acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão, Lei 8.662/93, que nos artigos 4º e 5º ressalta as competências e as atribuições privativas do Assistente Social. Artigo 4º, inciso II:

“Elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil”. No mesmo artigo, inciso VIII: “Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo”.

Como já citado, no Instituto Guga Kuerten, o assistente social destaca-se de formas distintas, como na presidência da organização, na coordenação dos projetos, na supervisão social e pedagógicas e também na atuação direta nos projetos ou núcleos. Na função de coordenadora social, a assistente social é responsável pela elaboração dos projetos e programas, captação e organização de recursos financeiros e de parcerias, e gerenciamento das ações sociais desenvolvidas pela instituição. Na execução do FAPS – Fundo de Apoio a Projetos Sociais, a prática profissional caracteriza-se por selecionar e avaliar os projetos, assessorar tecnicamente, por intermédio de orientações e capacitações das entidades à elaboração de projetos sociais. Bimestralmente são realizadas visitas para colaborar no gerenciamento das entidades selecionadas e na elaboração e avaliação de relatórios durante o período proposto pelo programa.

O trabalho nos programas de Ações Especiais e Esporte e Educação são direcionados ao processo de articulação e organização dos recursos financeiros e humanos, bem como de promoção da coordenação, assessoria técnica e avaliação das atividades em curso. A assistente social do Instituto, na Supervisão Social e Pedagógica, realiza contato com as escolas e famílias estreitando e facilitando as relações entre esses segmentos e o “Programa Campeões da Vida”. Essa

supervisão opera também no planejamento de trabalho dos educadores inseridos nos núcleos, e é responsável por relatórios e avaliações destes.

O Serviço Social na instituição está bastante enraizado, e isso de fato é muito importante não só no planejamento das ações, como também na execução, já que as dimensões técnico-operativas da profissão direcionam para um olhar da totalidade e não simplesmente para os fatos isolados. Sabe-se que as realidades das cidades e dos bairros onde são desenvolvidos os programas fazem parte de um contexto maior, que está estritamente ligada à contradição capital e trabalho, e da qual se origina a questão social. As demandas apresentadas ao Serviço Social da instituição nos seus diversos núcleos são as expressões dessa totalidade e a ação profissional deve estar voltada ao enfrentamento dessas desigualdades, muitas vezes não só de cunho econômico, mas também cultural e social.

A ação profissional dos assistentes sociais do Instituto se volta para as demandas que se apresentam nos núcleos, sendo que assim como os outros profissionais, desenvolvem atividades educativas e voltadas para a realidade de cada cidade/bairro. Isso é muito importante, porque ao realizarem essas atividades surgem demandas inesperadas, como por exemplo: violências de todos os tipos, negligências, sintomas depressivos, tráfico de drogas, traumas psicológicos, dentre outras questões. Ao identificar uma demanda específica e individual, os profissionais de forma interdisciplinar acompanham a demanda, e são realizadas visitas domiciliares e possíveis encaminhamentos a rede de políticas sociais do município e também aos profissionais que agregam o Instituto, como é o caso da Psicologia e da Pedagogia.

A intervenção do Serviço Social é realizar a mediação entre as famílias, a Escola e o núcleo (IGK). A mediação consiste em diversas ações, dentre elas: atendimentos sociais, visitas domiciliares, visitas institucionais, reuniões de planejamento, reunião de pais, ligações telefônicas com os pais e/ou responsáveis das crianças e dos adolescentes do núcleo, etc.

De acordo com VIRGILINO (2008, p.51), ainda podemos apontar as seguintes práticas profissionais na instituição:

- Atuação em equipe multiprofissional e coordenação de atividades sócio-educativas;
- Organização e coordenação de reuniões e eventos;
- Elaboração e desenvolvimento de planejamentos educativos interdisciplinares;
- Avaliação por escrito das atividades interdisciplinares realizadas;
- Co-responsabilidade na elaboração de instrumentos de avaliação do projeto (exemplo: construção de questionários);
- Tabulação dos dados recolhidos através dos questionários aplicados nas famílias e escola;
- Encaminhamentos sociais;
- Elaboração de relatórios de todas as visitas realizadas.

Portanto:

Do profissional do Serviço Social espera-se uma ação que privilegie o acesso aos direitos e a observância dos princípios de equidade e justiça social. Ao mesmo tempo, considera-se que cabe às organizações do terceiro setor o papel de suporte à minimização das políticas sociais por parte do Estado, por meio da implantação de programas focais, em nome de uma “parceria” entre Estado e sociedade, defendida como medida de reforma do Estado. (SANTOS, 2007, p. 141).

Assim, como em qualquer outra instituição, existem contradições e limitadores. No Instituto Guga Kuerten a prática profissional está ligada a natureza da instituição, ou seja, como uma organização não-governamental, há certo limitadores no contexto geral, mas principalmente para o Serviço Social. Para criar novos projetos ou executar ações diferenciadas de grande porte, há de ser necessário ter verba, e também, a abrangência é muito menor do que uma política pública. Não há como atender todas as crianças que se encontram em

vulnerabilidade social, porque não se comporta essa demanda, seja pelos recursos, ou também pelos limites técnicos e propriamente institucionais. Não há como negar que esse espaço é muito rico para a prática profissional, porém não se pode esquecer que ele só existe, porque o Estado não está se responsabilizando como deveria do enfrentamento da questão social, que por si só já é contraditória, por ser originária da relação capital e trabalho. O que se vê é uma sociedade totalmente desigual, e por isso, não há como a sociedade fechar os olhos para a realidade, sendo assim, há uma responsabilização. É nesse contexto que o assistente social se insere, não pode deixar de ocupar esses espaços, mas também deve lutar para o fortalecimento do Estado.

2.1.2 O Instituto Guga Kuerten como Instituição do Terceiro Setor e as Possíveis Estratégias do Serviço Social

Como citado acima, o Instituto Guga Kuerten se enquadra no terceiro setor por ser uma organização não governamental e sem fins lucrativos, sendo definido da seguinte forma:

O terceiro setor – se analisado pela sua composição dinâmica- articula uma heterogeneidade de organizações voluntárias sem fins lucrativos, incluindo desde associações comunitárias e microlocais de entre ajuda, até organizações articuladas em redes globais atuantes no plano dos direitos humanos, na defesa de minorias, na defesa do meio ambiente, no desenvolvimento local, entre outros. Tais organizações expressam características multifacetadas e particularistas, próprias da sociedade contemporânea. Assim, não sem ambiguidades e resistências, as organizações sem fins lucrativos que constituem o terceiro setor possuem atributos valorizados na gestão social dessa década: a capacidade de articularem iniciativas múltiplas, revitalizando o envolvimento voluntário da comunidade ou de setores da sociedade civil; a capacidade de estabelecerem parceria com o estado da gestão de políticas e programas públicos; a capacidade de estabelecerem redes locais, nacional ou mundiais e, por meio delas, constituírem fórum de escuta e vocalização de demandas, introduzindo-as na agenda políticas. (CARVALHO, 1999, pg. 24)

O Instituto enquanto instituição do terceiro setor visa garantir e compartilhar da co-responsabilidade na execução de políticas sociais, a uma parcela específica

da sociedade na concretização dos direitos sociais que as políticas públicas do Estado não tem alcançado efetivamente. As instituições do terceiro setor participam de forma complementar na prestação de serviços, programas e projetos de Assistência Social. Também esta vinculado a Política da Criança e do Adolescente, preconizando a garantia de direitos baseados no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Embora com o fortalecimento das políticas sociais na Constituição de 1988, o Estado não tem garantido sua ampla efetivação, e por isso o atendimento as demandas sociais ficam a mercê de ações da chamada nova filantropia. Assim, a população tem acesso limitado aos bens e serviços disponíveis, e principalmente nas grandes cidades, como a região da Grande Florianópolis, é fruto de uma grande concentração da pauperização.

Devido à experiência de estágio obrigatório realizado no Instituto Guga Kuerten, no período de março a dezembro de 2012, perceberam-se claramente as contradições e limites postos acima, não somente pela natureza da instituição, mas pela fragmentação que está ocorrendo na viabilização dos direitos sociais. Porém, é necessário que sejam criadas possibilidades, mesmo na atual conjuntura, que potencializem o acesso aos direitos constitucionais garantidos ou que mobilizem a luta pela materialização desses direitos nas políticas públicas. Para isso:

O assistente social lida, no seu trabalho cotidiano, com situações singulares vividas por indivíduos e suas famílias, grupos e segmentos populacionais, que são atravessadas por determinações de classes. São desafiados a desentranhar da vida dos sujeitos singulares que atendem as dimensões universais e particulares, que aí se concretizam, como condição de transitar suas necessidades sociais da esfera privada para a luta por direitos na cena pública, potencializando-a em fóruns e espaços coletivos. Isso requer tanto competência teórico-metodológica para ler a realidade e atribuir visibilidade aos fios que integram o singular no coletivo quanto à incorporação da pesquisa e do conhecimento do modo de vida, de trabalho e expressões culturais desses sujeitos sociais, como requisitos essenciais do desempenho profissional, além da sensibilidade e vontade políticas que movem a ação (IAMAMOTO, 2009, p. 33).

Nesse sentido, não há apenas como ler a realidade social através do que aparece na particularidade de cada instituição, e por isso, no Instituto Guga Kuerten tem se dado muito valor a dimensão do trabalho em rede, teorizado no primeiro capítulo desse estudo. Existe a necessidade de fazer o movimento do singular ao

coletivo, e devida a presente organização dos serviços sociais, isso se torna mais difícil se não houver interlocução com as várias instituições que compõem a rede de atendimento social, e que têm em comum na maioria das vezes os mesmos usuários.

A experiência de estágio obrigatório no Instituto Guga Kuerten tem mostrado o quanto é importante o assistente social se sensibilizar a conhecer o modo de vida, de trabalho, as demandas e as expressões culturais dos usuários, que estão estritamente ligados as suas famílias, a comunidade e a sociedade em geral, para que de fato, através desse conhecimento da totalidade, se consiga traçar planos de ação mais eficazes e que deem conta de atender de forma cada vez mais qualificada as demandas da população.

A natureza do Instituto Guga Kuerten trás a necessidade de fazer encaminhamentos para as políticas públicas, já que o IGK oferece alguns serviços específicos aos seus usuários, não podendo garantir a resolutividade de todas as demandas. Porém, verificou-se a necessidade não só fazer o encaminhamento a outras instituições, mas sim, manter vínculos mais duradouros e qualitativos com elas, sendo assim, ocorreu à necessidade de mapear uma rede de atendimento social em cada região que o IGK atua.

Especificamente, o estágio obrigatório da presente estudante se dá em um dos núcleos que o IGK mantém, que é o Núcleo Itacorubi, sendo assim, a maioria das experiências e análises acontecem nesse espaço territorial. É do bairro Itacorubi que também se originam os usuários da instituição, que são crianças e adolescentes estudantes de três escolas públicas da região, já citadas acima, no item 2.1. Devido a essas circunstâncias, mantém-se contato principalmente com as instituições presentes nesse espaço territorial, e por isso, mapeou-se a rede de atendimento social desse bairro, sendo que o Instituto Guga Kuerten já tem contatos contínuos ou pontuais devido principalmente à prática do Serviço Social.

Com certeza, seria de grande relevância se o mapeamento fosse de toda a rede de atendimento social de Florianópolis, mas devido ao curto espaço de tempo que é proporcionado para o desenvolvimento desse trabalho de conclusão de curso, não houve possibilidade de concluir um estudo de maior abrangência territorial. Acredita-se também que devido à especificidade encontrada nas demandas dos usuários em comum com a rede de atendimento social, compreender a realidade do

bairro Itacorubi, já contribui muito para repensar a prática profissional e também no desenvolvimento de ações que visam o fortalecimento dessa rede já mapeada.

Para compreender melhor essa rede de atendimento social, faz-se necessário levantar dados relevantes sobre o bairro Itacorubi, e também sobre cada instituição da rede.

2.2 CARACTERÍSTICAS DE FLORIANÓPOLIS E DO BAIRRO ITACORUBI

Primeiramente é de suma importância que se entenda que Florianópolis e o bairro Itacorubi fazem parte de um todo maior, e que as principais características que serão apresentadas nesse trabalho, são decorrentes de processos sociais e urbanos que atingem cidades do mundo inteiro, sobretudo na América Latina, decorrente da crescente pauperização, característica da concentração de renda, que gera grandes desigualdades sociais. Portanto:

Várias mudanças significativas têm ocorrido no mundo, principalmente nas últimas décadas, com destaque para as mudanças sócio-econômicas e ambientais dramáticas. Também podem ser citados fenômenos, como o crescimento da população, o rápido processo de urbanização, pobreza e também degradação ambiental e mudanças climáticas (SILVA, 2010, p. 29).

Essa realidade mundial tem relação com o Brasil, aonde o processo de urbanização vem ocorrendo de forma intensa e desigual. Nem sempre todos os cidadãos tem o mesmo acesso a moradia nas cidades, e isso faz com que áreas impróprias sejam ocupadas, muitas vezes oferecendo riscos à vida, ou também, por serem lugares sem visibilidade mercantil, não há serviços de saneamento básico e eletricidade (SILVA, 2010).

Florianópolis é a capital de Santa Catarina, e segundo dados do Censo 2010, publicados no site do IBGE, a população da cidade é de 421.240 habitantes. Assim como a maioria das cidades brasileiras, percebe-se uma grande concentração de renda, gerando desigualdades sociais, que são apresentadas de diferentes formas no contexto da cidade, mas principalmente em relação ao acesso a moradia. Ao

longo da história, aconteceram vários fluxos migratórios, principalmente do interior do estado de Santa Catarina para a capital, que combinados com falta de políticas públicas que dessem conta de atender a população, geraram processos extensivos de periferização, sobretudo na década de 80.

Na Bacia Hidrográfica do Itacorubi esse processo não é diferente, já que essa região vem sofrendo constantes transformações espaciais e populacionais. É considerada uma área de extremo interesse mercantil para fins imobiliários, mas por outro lado, há diversas ocupações realizadas de forma desordenada e irregular.

A Bacia Hidrográfica do Itacorubi está localizada na região centro-oeste de Florianópolis, e abrange os bairros Córrego Grande, Itacorubi, Pantanal, Santa Mônica e Trindade, os loteamentos Flor da Ilha, Jardim Anchieta, Jardim Germânia, Parque São Jorge e Jardim Itália, além dos assentamentos do Alto Pantanal, Quilombo e Sertão do Córrego. A população total é de aproximadamente 45.000 habitantes, sendo que boa parte da população é considerada flutuante porque existem importantes atividades administrativas, educacionais e comerciais na região, tais como: UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina), UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina), BRASIL TELECOM, EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão do Estado de Santa Catarina), ELETROSUL (ELETROSUL Centrais Elétricas S.A), dentre outras (SILVA, 2010).

Apesar dos dados relatados acima contemplarem toda a Bacia do Itacorubi, o presente trabalho tem o foco de estudar as instituições que atuam no bairro Itacorubi especificamente, devido aos usuários residirem nesse espaço geográfico e também por ser a abrangência territorial da maioria das instituições mapeadas. O bairro Itacorubi possui 15.441 habitantes (FLORIANÓPOLIS, 2011). A sua população é bem diversificada, já que no mesmo espaço territorial existem áreas de interesse social, como o Morro do Quilombo, e por outro lado, grandes construções prediais de valores mercantis elevados. Essa área tem sido muito explorada para a construção de empreendimentos de alto padrão, por isso, a heterogeneidade da população, em relação às classes sociais, é bem diversa, por exemplo, enquanto a população que mora no Morro do Quilombo tem acesso limitado ou nulo aos serviços públicos, como água e luz, os imóveis prediais são comercializados por

altos valores, que conseqüentemente são comprados por pessoas de classes sociais mais elevadas.

2.2.1 Rede de Atendimento Social do Bairro Itacorubi

Conforme citado no item anterior, o bairro Itacorubi tem uma população elevada e heterogênea, já que existem representações de classes sociais distintas no mesmo espaço territorial. Sabe-se que o bairro Itacorubi, se comparado com outras regiões da capital, tem uma grande gama de instituições que atendem a população, sobretudo a classe trabalhadora, que depende diretamente dos serviços públicos. Essas instituições de atendimento social estão voltadas para diferentes segmentos, e como já explanado no capítulo anterior, para que as ações de cada instituição realmente efetivem direitos sociais, é necessário que aconteça uma institucionalização de uma rede de atendimento social, já que a gama de serviços sociais é fragmentada.

Na experiência de estágio realizado no Instituto Guga Kuerten, no Programa Campeões da Vida – Núcleo Itacorubi, mapeou-se algumas instituições do bairro, das quais tem-se contato direto, para troca de informações sobre usuários e suas famílias, ou também para fazer encaminhamentos devido a demandas que são atendidas, como por exemplo, dificuldades no aprendizado, necessidades de atendimentos psicológicos e pedagógicos, informações sobre benefícios sociais, etc. Apesar desses contatos e encaminhamentos, percebe-se que as instituições não tem clareza do que cada instituição que atua no bairro faz, e quais os serviços que são oferecidos, por isso, os encaminhamentos muitas vezes não são realizados com clareza, e as informações não são dadas corretamente ou são incompletas quando repassadas aos usuários.

Através dessa reflexão, percebe-se o quanto é importante à articulação entre essa rede de atendimento social, e que: “Articular-se significa, sobretudo fazer contato, cada um mantendo sua essência, mas abrindo-se a novos conhecimentos, à circulação das ideias e propostas que podem forjar uma ação coletiva concreta na

direção do bem comum” (GONÇALVES; GUARÁ, 2010) Portanto, uma das propostas desse estudo é sucintamente resgatar informações sobre cada instituição mapeada, para posteriormente no próximo capítulo apresentar as informações colhidas na Pesquisa realizada com alguns profissionais que atuam nesses locais.

a) CENTRO DE EDUCAÇÃO COMPLEMENTAR ITACORUBI – CEC’s:

É uma instituição vinculada a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), classificado como um serviço de proteção social básica, sendo que oferecem serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. O seu objetivo geral é: “Promover ações socioeducativas à crianças e adolescentes que contribuam para o desenvolvimento e a valorização de suas potencialidades, em contexto de vulnerabilidade social” (FLORIANÓPOLIS, 2011). Os CEC’s por sua natureza institucional, sempre são localizados em áreas de interesse social, e além do Centro Itacorubi, existem mais oito centros localizados em outras regiões da capital.

No CEC Itacorubi são ofertadas 100 vagas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos que frequentam as escolas públicas da região. É um espaço de convivência e aprendizagem, que são realizadas através de experiências lúdicas, culturais e esportivas. É realizado apoio pedagógico, atividades artísticas, culturais, esportivas e recreativas. O serviço é desenvolvido também em parceria com a Secretaria Municipal de Educação que dispõe professores para as orientações pedagógicas e também a alimentação.

A equipe do CEC Itacorubi conta com uma coordenadora, que é assistente social, 4 cozinheiras (terceirizadas), 4 pedagogos, 1 estagiário de Educação Física, 1 estagiária de psicologia, e dois voluntários que dão aula de Karatê e Grafiti.

b) CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL LESTE I (CRAS):

O SUAS (Sistema Único de Assistência Social) propõe uma nova lógica de organização dos serviços, programas, projetos e benefícios, distribuídos em

diferentes níveis de complexidade, sendo eles: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de média e alta complexidade (NUNES, 2009).

Os serviços oferecidos pela Proteção Social Básica (PSB) devem ser executados diretamente no CRAS e em outras unidades básicas e públicas de Assistência Social. Os serviços da Proteção Básica resumem-se em:

- Programa de Atenção Integral à Família (PAIF);
- Programa de Inclusão produtiva e projeto de enfrentamento da pobreza;
- Centros de Convivência para Idosos;
- Serviços para crianças e 0 a 6 anos que vem o fortalecimento dos vínculos familiares, o direito de brincar, ações de socialização e de sensibilização para a defesa dos direitos das crianças;
- Serviços socioeducativos para crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 6 a 24 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- Programas de incentivo ao protagonismo juvenil, e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- Centro de informação e de educação para o trabalho, voltados para jovens e adultos. (BRASIL, 2004)

O CRAS é um equipamento social do Estado, com base territorial, que é responsável por oferecer serviços continuados de proteção social básica as famílias, grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. É a porta de entrada dos indivíduos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e o CRAS tem como função acompanhar as famílias do território que está inserido, considerando as diversidades locais e regionais, e sua atuação tem o objetivo de potencializar e fortalecer vínculos familiares e comunitários (NUNES, 2009).

O CRAS Leste I conta com uma equipe técnica reduzida, conforme os padrões da legislação, e também é bem limitado quanto aos atendimentos externos.

Conforme a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FLORIANÓPOLIS, os objetivos dos CRAS's são primeiramente desenvolver ações que contemplem às famílias, abrangendo as dimensões psicológicas e sociais, com

abordagens individuais e grupais. Também tem como foco fazer encaminhamentos, quando necessário, para que o cidadão tenha acesso a benefícios, programas e projetos sociais da rede de proteção básica e especial, e a articulação de ações intersetoriais que potencializem a convivência familiar e comunitária e a melhoria das condições de vida das famílias.

c) COLÉGIO ESTADUAL LEONOR DE BARROS

A Escola de Educação Básica Leonor de Barros faz parte do sistema estadual de ensino, foi criada em 1947, e seu primeiro nome foi Escola Mista Municipal do Itacorubi, já que foi a fusão de algumas escolas que pertenceram ao bairro. Em 1964 a escola recebeu o nome de Escola Reunida Professora Leonor de Barros, primeiro nome que fez referência a patrona da escola, e foi através do decreto nº 497/E/Se de 13/05/1974 que implantou o nome de Escola Básica Leonor de Barros (SCHLOSSER, 2004).

No decorrer dos anos a escola sofreu várias reformas, pela ampliação das vagas. Atualmente a escola conta ensino fundamental e médio, e estão matriculados 703 alunos.

d) CASA LAR EMAÚS

A Ação Social Missão é uma entidade de organização da sociedade civil, sem fins econômicos e tem finalidade filantrópica, sendo de caráter educativo cultural e assistencial, de direito privado, tendo autonomia administrativa e financeira, tendo como finalidade o abrigo de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e/ou social, visando o desenvolvimento e proteção integral delas (MINOSSO, 2009).

A Ação Social Missão foi fundada em 21 de abril de 1993 e se declara utilidade pública pela Lei 9.220/93, tendo apoio do Movimento Emaús, que é uma organização da Igreja Católica, vinculada a Arquidiocese de Florianópolis. A Ação Social Missão tem por finalidade manter a Casa Lar Emaús, que é inscrita no Conselho Municipal da Criança e Adolescente e no Conselho Municipal da Assistência Social. A Casa Lar atende crianças e adolescentes de 6 a 18 anos, provenientes da Grande Florianópolis em regime de abrigo provisório,

encaminhados pelo Juizado da Infância e Juventude, Ministério Público ou Conselhos Tutelares. É um abrigo classificado como de pequeno porte, já que tem capacidade máxima de 10 usuários (MINOSSO, 2009).

A Casa Lar tem o foco de propiciar uma referência institucional o mais próximo possível de uma família, resguardando sua individualidade, e suprimindo todas as suas necessidades básicas, referentes à moradia, alimentação, educação e saúde (MINOSSO, 2009).

Os recursos financeiros para a manutenção da instituição e pagamento dos funcionários da Casa Lar, segundo (MINOSSO, 2009) têm como principais fontes:

- Convênio com o Governo Estadual;
- Convênio com o Governo Municipal;
- Empresas privadas;
- Contribuições de Sócios/Usuários e/ou responsáveis;
- Doações;
- Eventos e Promoções;
- Contribuição na missa (último sábado do mês);
- Prestação de serviços voluntários;
- Doação via desconto na conta de luz, em virtude de convênio com a CELESC.

A Casa Lar com uma equipe composta por 01 Assistente Social, 03 monitores, 01 psicólogo que são contratados pela instituição e também contam com o apoio de voluntários para outras atividades que são desenvolvidas na casa, como por exemplo, o apoio pedagógico. O planejamento das atividades é desenvolvida pela equipe técnica (assistente social e psicólogo) de forma conjunta (MINOSSO, 2009).

e) ESCOLA BÁSICA VITOR MIGUEL DE SOUZA

A Escola Básica Vitor Miguel de Souza faz parte da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis, e está situada no bairro Itacorubi, estando próximo também do

bairro Córrego Grande. Oferece vagas do ensino fundamental, ou seja, do primeiro ao nono ano, atendendo crianças e adolescentes provenientes da região que esta localizada. Conta com o Programa Mais Educação, que oferece atividades no contra-turno escolar, como aulas de reforço escolar e esportes como o futebol.

f) CENTRO DE SAÚDE DO ITACORUBI

O Centro de Saúde do Itacorubi abrange toda a população proveniente do território, com aproximadamente 15.000 habitantes. Como o bairro cresceu muito nos últimos anos, o prédio foi reformado em 2011, para melhorar o atendimento aos usuários. Os serviços prestados através do SUS – Sistema Único de Saúde são bem variados, realizados pelas Equipes de Saúde da Família. A unidade conta com Clínica Geral, Básico de Enfermagem, Odontologia, Programa Capital Criança, Vacinação, Teste do Pezinho, Enfermeiro, Pediatria e Preventivo do Câncer. As equipes também têm o apoio do NASF – Núcleo de Apoio de Saúde da Família, que conta com profissionais que não compõe originalmente o quadro técnico da Atenção Básica, como assistente social, nutricionista, profissional de Educação Física, farmacêutico, psicólogo, etc.

3 ANÁLISE DA REDE DE ATENDIMENTO SOCIAL DO BAIRRO ITACORUBI

O terceiro capítulo desse trabalho tem o intuito de desvelar a Rede de Atendimento Social do bairro Itacorubi, utilizando dados da pesquisa realizada no decorrer do estágio obrigatório realizado no Instituto Guga Kuerten, que tem como nome: O Fortalecimento da Rede de Atendimento Social vinculada ao Programa Campeões da Vida – Núcleo Itacorubi, que tem como objetivo principal fazer um diagnóstico da concepção do trabalho em rede das instituições, bem como identificar se há atendimentos em rede e também levantar estratégias de fortalecimento dessa rede de atendimento social pré-existente.

A pesquisa, estruturada em uma entrevista com perguntas semiabertas, foi realizada nas instituições citadas no capítulo II desse trabalho, com um profissional da instituição, de áreas diversas, não se limitando somente a profissão do Serviço Social, porque nem todos possuem um assistente social no seu quadro de trabalhadores. Sendo assim, elegeram-se os profissionais de cada instituição com base nos contatos realizados anteriormente pelo Instituto Guga Kuerten, que gerou um relacionamento mais formal com eles, reconhecendo-os como “pontes” de ligação do IGK com a instituição.

A análise da Rede de Atendimento Social do bairro Itacorubi, se dará por temas norteadores, baseados na junção das perguntas que tem objetivos parecidos. Essas perguntas foram realizadas na entrevista para os profissionais das instituições. A partir dos temas norteadores, foram levantadas categorias de análise e aspectos centrais presentes na pesquisa, que tem o foco de dar visibilidade a interpretação dos depoimentos colhidos.

3.1 CONCEPÇÃO DO TRABALHO EM REDE

O primeiro tema norteador para a análise da Rede de Atendimento Social do Itacorubi leva em conta a concepção que os profissionais entrevistados têm sobre o tema trabalho em rede. Esse tema tem uma relevância muito grande, já que é a

partir dessa concepção que se pode avaliar de certa maneira, o conhecimento teórico e metodológico que a instituição tem sobre o assunto, que é determinante para compreender a importância do trabalho em rede para cada instituição.

As redes são relações que se apresentam em constante transformação, moldadas pelos seus atores e pela conjuntura integrada por estes, portanto, é relevante problematizar as visões de tais processos que possuem os trabalhadores que operam e gestam ou gestionam [...]. A concepção de redes defendida e difundida pelos atores é base para a compreensão das ações e estratégias desenvolvidas [...] (TUMELERO; BERTELLI; NECKEL; LAZARIN, 2010, p. 3).

O termo que pode definir a concepção que os profissionais têm é: **PARCERIA**. Segundo os seus depoimentos o trabalho em rede se constitui em uma parceria feita entre as instituições, de troca, diálogo, visando atingir objetivos comuns, gerando assim facilidades e agilizando os atendimentos aos usuários. Isso se constitui basicamente em um trabalho em conjunto realizado através do diálogo entre profissionais, que se relacionam de forma a integrar os trabalhos. Pode-se comprovar essa análise através das seguintes afirmações: “Há vários tipos de rede, mas a rede que agente fala né, é que todo mundo trabalha na mesma sintonia eu acho, trabalho de rede, onde um se comunica com o outro [...]” (ENTREVISTADO 1).

Então pra mim a palavra rede é parcerias, é agente contar com os parceiros, com os outros atendimentos, pra que agente possa ter uma qualidade, pra que agente possa facilitar, cada demanda, principalmente da nossa que é de criança e adolescente, e que agente consiga alcançar um objetivo, ou agilizar cada processo, cada encaminhamento de cada um deles (ENTREVISTADO 3).

Então trabalho em rede é a possibilidade de diálogo entre os profissionais, possibilidade de troca, possibilidade de relação, de se relacionar, de atender em conjunto, de observar e fazer uma discussão das pessoas que são atendidas, das necessidades do território, das famílias que agente atende [...]. (ENTREVISTADO 2).

Outro termo levantado pelos profissionais é **ARTICULAÇÃO**. Segundo seus depoimentos, o trabalho em rede possibilita uma intervenção conjunta, evitando a fragmentação dos atendimentos. Se houver diálogo e troca entre os profissionais,

não acontecerão atendimentos duplicados, e conseqüentemente se evitará intervenções da mesma natureza com os mesmos usuários. Isso pode ser comprovado pelas seguintes afirmações: “[...] trabalho em rede seria isso, de não trabalhar de forma fragmentada, mas trabalhar de forma articulada com os outros profissionais, das outras organizações presentes no território (ENTREVISTADO 2).

Trabalho em rede primeiro é trabalhar em parceria, agente tenta isso com o NASF, que é não trabalhar isolado, e saber o papel e o significado de cada um, não duplicar atendimento, que é o tipo de coisa que vem acontecendo (ENTREVISTADO 4).

Portanto:

Articular-se significa sobretudo fazer contato, cada um mantendo sua essência, mas abrindo-se a novos conhecimentos, à circulação das ideias e propostas que podem forjar uma ação coletiva concreta na direção do bem comum. No entanto, tendemos, até por razões culturais, a resolver tudo a nosso modo e caminhar em nosso nicho seguro, sem interferência. Felizmente, percebemos hoje que esse é um caminho empobrecedor. Por isso, a proposta de articulação em rede deve ser ancorada numa intencionalidade clara e aberta, que respeita ritmos e espaços e estabelece os pactos necessários à continuidade de cada ação (GONÇALVES, GUARÁ, 2010, p. 11).

Percebe-se que os depoimentos de todos os entrevistados garantem uma compreensão ampliada do que é o trabalho em rede, sempre tendo como horizonte que esse tipo de ação coletiva resulta em uma intervenção de melhor qualidade. A articulação dos profissionais de cada instituição em torno do objetivo principal que é garantir o direito de cada usuário atendido pode gerar grandes mudanças na realidade social, de forma mais ágil e eficaz. Porém, através dos depoimentos também se percebe vários entraves na execução dessa compreensão do trabalho em rede, que serão discutidos no próximo tema norteador elaborado.

3.2 IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DA REDE DE ATENDIMENTO SOCIAL DO BAIRRO ITACORUBI

Inicialmente faz-se necessário fazer uma introdução de uma categoria que foi levantada por alguns profissionais em seus depoimentos, citados no tema anterior. A categoria **TERRITÓRIO** tem sido empregada pelas políticas públicas atuais, sobretudo na operacionalização do SUS e do SUAS, e ela é muito importante para se compreender o objetivo desse Trabalho de Conclusão de Curso, já que o objeto de estudo não é uma rede de atendimento social macro, como as redes municipais ou nacionais, mas sim de um território micro, sendo ele o bairro Itacorubi, que conta com vários serviços sociais, organizando-se em uma rede de atendimento social territorial.

Acredita-se que o conceito de território empregado pelas políticas sociais pode ser utilizado para compreendermos a importância do trabalho em rede em uma região específica, sobretudo porque se desenvolve a ideia que é importante conhecermos a realidade social do território da qual a instituição está inserida, e que isso faz toda a diferença nos atendimentos realizados aos usuários.

Define-se território: como um espaço onde a população estabelece relações sociais e tem suas vivências. Nesse espaço, além de uma extensão geográfica, é possível identificar o perfil demográfico, epidemiológico, administrativo, político, social e cultural, sendo que permanece em constante construção. Reconhecer que o território existe é primordial para a caracterização da população e de suas necessidades (CAMPOS, 2011).

Território não pode ser avaliado simplesmente como um mero perímetro de área física, e nem como uma dimensão de terra por si só. Além da topografia natural, existe uma “topografia social” decorrente das relações entre os que nele vivem e suas relações com os que vivem em outros territórios. Território é mobilidade, movimento e espaço de possibilidades (SPOSATI, 2008).

Portanto, o território é onde se concretiza as condições de vida da população, através das relações estabelecidas pelos sujeitos sociais, sejam elas de cooperação ou de poder, tendo intervenções do Estado ou não. Somente conhecendo o território

é que as intervenções institucionais e em rede poderão fazer sentido para a população, já que é a partir dos usuários que os serviços sociais devem ser criados e recriados conforme as demandas apresentadas por eles.

Porém, através dos depoimentos analisados, existe uma contraditoriedade quanto à composição institucional de uma rede de atendimento social, nesse caso, a do bairro Itacorubi. Isso foi diagnosticado através de algumas afirmações, sobretudo dos profissionais que compõem as instituições estatais. O universo pesquisado foi de seis (6) instituições/profissionais, cinco (5) estatais e uma (1) organização não-governamental, sendo que a própria instituição pesquisadora é também uma ONG.

Alguns profissionais quando perguntados se acham necessário ter uma intervenção em rede e se existe instituições que eles considerem já presentes em sua delimitação de trabalho em rede, afirmaram que consideram como seus parceiros, instituições da mesma natureza, ou seja, as estatais. Isso pode ser comprovado conforme os seguintes depoimentos: “Eu penso em política pública direto, são setores que compõem o atendimento da política pública. São setores que compõem o complexo da política pública” (ENTREVISTADO 4). “[...] a Secretaria da Saúde, com a Secretária de Segurança Pública, Ministério Público, Secretaria da Educação, essas secretarias todas planejando ações para melhorar a vida do aluno” (ENTREVISTADO 1).

Por outro lado, através das pesquisas teóricas referentes ao assunto estudado nesse Trabalho de Conclusão de Curso, percebe-se que o trabalho em rede só será efetivo dentro de um território, se englobar todas as instituições que atendem a população, seja elas estatais ou não. Como já foi estudado no primeiro capítulo, a sociedade capitalista através da exploração da classe trabalhadora e da não distribuição de renda, gera diversas desigualdades sociais, e o Estado tem se distanciado de suas responsabilidades com a proteção social da população.

Esse fenômeno é parte da investida neoliberal nos países capitalistas, principalmente nos países chamados “periféricos”, que tem sofrido com a redução das conquistas da classe trabalhadora, a exaltação do consumo como realização pessoal, da superficialidade e esvaziamento das competências do Estado perante o enfrentamento da questão social e a desarticulação dos movimentos sociais e suas lutas históricas. Portanto, através desses fenômenos afirma-se que a crise dos

sistemas formais de proteção social, estruturados na maioria das vezes em programas e projetos estatais que tinham o objetivo de garantir direitos sociais, conseqüentemente trouxe novos sujeitos sociais ao cenário da proteção social, que é o terceiro setor, representado, sobretudo pelas ONG's (ARAGÃO, 2011).

Diante da complexidade das relações sociais, novamente afirma-se que:

A garantia de direitos, no âmbito de nossa sociedade, é de responsabilidade de diferentes instituições que atuam de acordo com suas competências: as instituições legislativas nos diferentes níveis governamentais; as instituições ligadas ao sistema de justiça – a promotoria, o Judiciário, a Defensoria Pública, o Conselho Tutelar – aquelas responsáveis pelas políticas e pelo conjunto de serviços e programas de atendimento direto (organizações governamentais e não-governamentais) nas áreas de educação, saúde, trabalho, esportes, lazer, cultura, assistência social; aquelas que, representando a sociedade, são responsáveis pela formulação de políticas e pelo controle das ações do poder público; e, ainda, aquelas que têm a possibilidade de disseminar direitos fazendo chegar a diferentes espaços da sociedade o conhecimento e a discussão sobre os mesmos: a mídia (escrita, falada e televisiva), o cinema e os diversificados espaços de apreensão e de discussão de saberes, como as unidades de ensino (infantil, fundamental, médio, superior, pós-graduado) e de conhecimento e crítica (seminários, congressos, encontros, grupos de trabalho) (BAPTISTA, 2012, p. 187).

Através dessas reflexões teóricas parte-se dos ideários que uma rede de atendimento social está localizada em um território, e isso determina a sua intervenção e também não se remete somente a instituições estatais, e sim, refere-se a todos os serviços sociais disponíveis no território, como acontece no bairro Itacorubi. Essas questões foram levantadas pela importância de se compreender que apesar das definições dadas pelos profissionais entrevistados, esse Trabalho de Conclusão de Curso tem como foco explicitar que a definição de trabalho em rede focaliza-se no conjunto de diversas instituições, de várias naturezas, que atuam em um território específico. Por isso, dadas às explicações necessárias, serão levantadas as categorias de análise presentes no tema norteador da Identificação e Análise da Rede de Atendimento Social do bairro Itacorubi.

Outra questão a ser ressaltada faz parte dos depoimentos dados referente à terceira pergunta da entrevista, que questiona se no dia-a-dia das instituições há necessidades de fazer intervenções em rede. Existiu uma unanimidade em relação à afirmativa de que todos fazem intervenções em rede. Todos os profissionais

garantem que é necessário fazer uma intervenção em rede para garantir que as demandas dos usuários sejam atendidas de forma rápida e eficaz.

Os profissionais em suas falas garantem que fazer uma intervenção em rede é uma necessidade diante da complexidade das demandas atendidas, e que a troca de informações com outros profissionais/instituições enriquece os atendimentos, conforme os seguintes depoimentos: “Sim, em vários casos. Principalmente no acompanhamento familiar, nossa... a família não depende só da Assistência, do CRAS” (ENTREVISTADO 4).

Sim, em várias situações, como eu já te falei anteriormente, que tem usuário que é atendido por várias instituições aqui do território, que agente precisou fazer uma reunião com essa organização, com outros profissionais, essa reunião mensal que nós temos com o CRAS que é muito produtiva, onde agente faz estudo, pensa, analisa, reflete sobre as famílias que estão sendo atendidas. Os vários contatos com o próprio IGK, contato que agente já fez assim, então a necessidade de se trabalhar em rede é presente, não tem outra forma de trabalhar, se não for em rede. Hoje agente atende uma realidade totalmente complexa, com necessidades e situações colocadas pela população que exigem um trabalho em rede, só o profissional sozinho dentro do seu espaço sócio-ocupacional não vai dar conta né (ENTREVISTADO 2).

Comprova-se que o atendimento em rede é necessário e possibilita “vislumbrar uma possibilidade que alarga o exercício da cidadania nas suas diferentes vertentes e as relações, assim como os atendimentos sociais passam a ganhar novos significados” (NEVES, 2009).

A demanda enquanto propulsora da articulação em rede faz parte da interpretação das respostas da quarta pergunta: “Você tem uma rede de atendimento social pré-estabelecida?”. A intenção desse questionamento era identificar se os profissionais localizariam instituições do próprio território como integrantes da sua rede de atendimento social. A grande maioria identificou as instituições do território como integrantes de seus contatos para atendimentos em rede, e por outro lado, falaram que os contatos iniciais são sempre realizados a partir de **DEMANDAS** vindas da população, ou seja, a maioria das instituições entrevistadas não fez um mapeamento prévio de serviços sociais existentes no território, e sim os contatos passaram a ser realizados conforme as necessidades de encaminhamentos.

Alguma coisa tem sabe, só que a rede é bem complicada assim, porque agente não tem assim uma rede mapeada, agente vai desvelando quando precisa [...] (ENTREVISTADO 4).

Agente tem, no Programa Saúde do Escolar tem um trabalho em rede pra encaminhamento de casos de crianças, questões de saúde, questão psicológica, avaliação de aprendizagem, é no caso com as instituições afins da comunidade, agente tem tentado fazer esse trabalho procurando conhecer com quem agente pode estar trocando. (ENTREVISTADO 5).

Esses depoimentos mostram que ainda não existe uma Rede de Atendimento Social institucionalizada no bairro Itacorubi. Essa afirmativa é relevante porque nem todas as instituições se “conversam” e essa possibilidade só existiria se existisse uma demanda que ligasse os serviços. Porém, para fazer um verdadeiro diagnóstico da comunidade, principalmente das demandas coletivas (como por exemplo: educação, assistência social, saúde, trabalho e renda, segurança alimentar, etc.), é necessário que as instituições das diversas naturezas e segmentos tenham uma possibilidade de troca institucionalizada. O usuário não pode ser fragmentado em suas necessidades sociais, por isso, as instituições devem se organizar e fazer um trabalho em rede, justamente potencializando a visibilidade das demandas coletivas e mais do que isso, fazendo uma divulgação das informações trocadas para a própria população se reconhecer coletivamente, não achando que a sua necessidade é isolada, mas sim que existem outros iguais passando pela mesma situação. Esse movimento possibilita o reconhecimento da cidadania, e a luta pelos direitos sociais.

A sobreposição de contatos realizados entre as instituições somente quando aparecem demandas não vai ao encontro da dimensão que o trabalho em rede pode possibilitar, já que tem:

[...] como objetivo maior a qualidade do atendimento prestado ao usuário dos serviços sociais e a despersonalização das ações dos profissionais envolvidos, passando-as ao patamar da institucionalização pois, só assim, efetiva-se os direitos sociais dos usuários, entendendo esse usuário como sujeito de direitos inteiro, ou seja, ele não é pontual, fragmentado e separado em partes. Isto quer dizer que, as necessidades sociais do usuário não existem segmentadas, separadas (NEVES, 2009, 159).

E também é necessário perceber que o trabalho em rede pode criar muitas possibilidades para a população, sendo assim:

O estágio atual da democracia possibilita igualmente uma participação maior da sociedade e do cidadão nos destinos políticos do país e, por essa via, também precisamos, cada vez mais, trabalhar em conjunto para obter melhores resultados das políticas públicas, especialmente nas áreas sociais (GONGALVES; GUARÁ, 2010, p.13).

Os **LIMITES INSTITUCIONAIS** são evidenciados a partir da quinta pergunta: “Você acha que essa rede de atendimento social funciona? Identifique atendimentos”. Os profissionais de uma forma consensual declaram que existem vários limites institucionais, e por isso, nem sempre os atendimentos em rede funcionam. Sobretudo, as instituições governamentais enfrentam várias dificuldades por estarem inseridas em um contexto estatal complexo, e que frequentemente é atingido por administrações despreparadas e vinculadas a interesses puramente partidários e políticos. Existem serviços mais precarizados do que outros, conforme depoimentos a seguir: “Nem sempre. Às vezes não funciona por vários motivos... não pode ir na casa porque não tem carro, não tem como ir né [...] (ENTREVISTADO 6).

Olha agente tem a rede, mas infelizmente é muito falha. Então hoje agente tem o PAEF, tem o Posto de Saúde, agente tem o Juizado da Vara da Infância e Juventude e é o que agente tem contato hoje. [...] E o PAEF que tem toda aquela estrutura, que tem uma equipe, mas não estrutura pra toda a equipe trabalhar, não tem carro, não tem vale-transporte, e isso dificulta muito. Às vezes a criança está dois anos, já foi pra adoção ou voltou pra família, e aí o PAEF vem atender. Eu acho que automaticamente a criança foi acolhida, no outro dia o PAEF tem que assumir pra agilizar, em parceria com a Casa de Acolhimento, o Conselho Tutelar, o Posto de Saúde, com o próprio Juizado da Vara da Infância pra gente poder agilizar o processo, eu acho que o negócio conseguiria andar mais rápido (ENTREVISTADO 3).

Tem alguns setores que são precarizados, agente percebe que tem alguns que de fato são, sobretudo algumas políticas públicas, que tem certas lacunas que agente percebe que ai bate numa limitação, onde o poder público não dá resposta e ai as vezes o terceiro setor é que vai dar, infelizmente, porque o usuário tem a necessidade, que precisa ser atendida (ENTREVISTADO 2).

Evidencia-se então que:

O Estado, por meio das ações de suas diversas políticas públicas deve responder pela proteção social, particularmente na política da assistência social que dispõe de programas e serviços de proteção social básica ou especial, atendendo às pessoas ou grupos que se encontrem mais vulneráveis. Contudo, a proteção social não tem se constituído tarefa simples. Historicamente, as políticas públicas organizadas setorialmente, do ponto de vista de seu alcance social, demonstraram-se insuficientes na atenção aos indivíduos e grupos socialmente vulneráveis. O fazer das políticas setoriais têm se demonstrado também fragmentado, amiúde com sobreposição de ações e, conseqüentemente, parcial na implementação de suas propostas de cobertura (GONÇALVES; GUARÁ, 2010, 13-14).

Também nos depoimentos houve identificações de alguns encaminhamentos realizados a outras instituições, que em algumas vezes são bem sucedidos e outras não. Uma das falhas recorrentes é a questão da demora nos atendimentos, como é o caso de algumas políticas públicas, isso dificulta até mesmo o fortalecimento da rede de atendimento social, porque nem mesmo as próprias instituições tendem a ter os seus próprios recursos para prestar um atendimento de qualidade para os seus usuários.

3.3 ESTRATÉGIAS DE FORTALECIMENTO

Esse tema tem o intuito de dissertar sobre as estratégias que os profissionais entrevistados defenderam para fortalecer e institucionalizar a Rede de Atendimento Social do bairro Itacorubi. Posteriormente será discutido o papel que o Instituto Guga Kuerten tem para essa rede e como pode contribuir para fortalecê-la.

3.3.1 Estratégias Sistematizadas

De forma unanime, os profissionais percebem a importância de fortalecer a rede e que isso, garantiria um melhor atendimento a população, com informações mais coesas e diminuiria os atendimentos duplicados, através do diálogo entre os profissionais. Também, há várias estratégias em comum entre os profissionais identificados, e isso mostra a valorização que a proposta tem para eles.

Apresentam-se a seguir o que os profissionais elencaram quanto às estratégias de fortalecimento da rede de atendimento que serão relatados em tópicos e explicados conforme a ordem colocada. Sabe-se também que cada uma das estratégias acaba sendo complementares umas das outras, mas que foi importante organizá-las em tópicos, para garantir uma melhor visualização.

- a) Conhecer as instituições que compõem a rede de atendimento territorial, não só superficialmente, mas fazer uma apresentação para toda a rede de atendimento social de cada serviço, programa e projeto que é oferecido nas instituições, repassando informações relevantes que possam ser posteriormente repassadas para os usuários e que também facilitem os encaminhamentos. “Eu acho que agente tem que estar trabalhando junto, se conhecer, às vezes agente sente essa dificuldade, que parece que cada um faz o seu trabalho [...]” (ENTREVISTADO 6).

Por que às vezes né, a escola mesmo desenvolve alguns projetos que agente nem sabe, o CEC tem alguns outros projetos que agente não sabe, agente tem projetos que eles não sabem que poderiam estar encaminhando pra gente. Então primeiro uma apresentação né, de toda a rede local [...] (ENTREVISTADO 4).

- b) Minimizar atendimentos duplicados, para que aconteça um melhor aproveitamento do tempo, e conseqüentemente as instituições consigam acompanhar outras crianças e adolescentes que não frequentam nenhuma das instituições da rede.

Agente consegue poder priorizar um momento de reunião, de encontro, de troca, de discussão das situações, de reflexão, daquilo que agente atende em conjunto, que muitas vezes essas instituições presentes no território, elas atendem as mesmas pessoas, e o ponto forte seria que esses profissionais que atendem essas mesmas pessoas estejam articulados, atenderem de forma articulada e não de forma fragmentada (ENTREVISTADO 2).

- c) Garantir que os profissionais conheçam bem o território, para que saibam onde estão atuando, as particularidades e principalmente a população e suas demandas.

Quando os professores vêm, a primeira coisa é um passeio na comunidade, pra conhecer bem, pra conhecerem quais são as crianças que eles vão trabalhar, e adolescentes, Isso é importante conhecer a realidade, porque se você não conhecer, fica bem difícil, porque os valores são outros, a cultura é diferente [...] (ENTREVISTADO 6).

- d) Articulação com instituições que tem resistência ao trabalho em rede e também priorizar os contatos com as organizações da sociedade civil, principalmente com a Associação de Moradores.

[...] é interessante também não envolver só as entidades, mas a Associação de Moradores é muito legal. Levou o J.B que é da Associação de Moradores ali pra UDESC aquela vez, nossa e eles trazem muita coisa aqui da comunidade e que não aparece aqui, e de compreensão do papel das políticas públicas, das ONG's, enfim, tudo que tem no território e que eles não conhecem que é bem legal (ENTREVISTADO 4).

- e) Articulação de profissionais de várias instituições para melhor atender a população. “[...] quando agente vai com o orientador da escola, vamos juntos, ou agente vai fazer visita domiciliar com o agente comunitário de saúde, que já tem vínculo, é outra coisa assim é bem melhor “ (ENTREVISTADO 4).

Acho que primeiro pela articulação, desses profissionais que na verdade são esses profissionais que fazem essa rede, juntamente com os usuários para reivindicar os seus direitos, e quem faz essa rede existir né. Eu acho que pela articulação dos profissionais, eu acho que é um grande ponto forte (ENTREVISTADO 2).

- f) Reunião periódica da Rede de Atendimento Social territorial. É importante salientar que essa estratégia foi a mais sugerida pelos profissionais, o que mostra a relevância que a proposta tem para todos.

Na verdade agente avalia que não é isso que vai dar conta né, na verdade deveria ter reunião periódica mesmo com a rede, e o conhecer né. [...] então a reunião de rede teria que ser assim sempre, mesmo se: ah, não tenho nenhum caso pra levar hoje, mas tem que ter a reunião de rede que alguém pode trazer outra coisa e é interessante também não envolver só as entidades, mas a associação de moradores é muito legal (ENTREVISTADO 4).

Agente consegue poder priorizar um momento de reunião, de encontro, de troca, de discussão das situações, de reflexão, daquilo que agente atende em conjunto, que muitas vezes essas instituições presentes no território, elas atendem as mesmas pessoas, e o ponto forte seria que esses profissionais que atendem essas mesmas pessoas estejam articulados, atenderem de forma articulada e não de forma fragmentada (ENTREVISTADO 2).

Pois é, eu tenho a impressão que agente vai ter que fazer um cronograma, algum encontro mesmo sabe [...]. Então, eu acho que agente vai ter que ter uma reunião, não precisa ser mensal, porque eu acho que sobrecarrega as instituições, que fosse semestral, um encontro com as diferentes instituições cada uma com seu objetivo, pra se conhecer, pra se ver, pra saber o que cada uma faz (ENTREVISTADO 5).

- g) Formações e capacitações para subsidiar a rede em suas intervenções coletivas.

Assim o primeiro passo seria a formação, sentar todos que trabalham diretamente né, os envolvidos, e pensar junto uma estratégia, e começar quando se fala em CRAS, em SUAS, em várias siglas, estudar realmente pra saber o que realmente cada um faz, eu ainda não sei [...] (ENTREVISTADO 1).

h) Criação de um Fórum de Discussão do Bairro Itacorubi.

Aqui na escola agente tem divulgado bastante, ontem na reunião ele falou, toda vez eu mostro que nós estamos ligados ao IGK, ao CRAS, ao Posto de Saúde, ao Conselho Tutelar, ao Núcleo Desenvolver e todas essas instituições, agente não está sozinho. E aí pode ter instituições que agente nem conhece, a própria UDESC aqui do lado. Então assim, o que está faltando mesmo, eu acho, é fazer uma chamada de novo, agente já tentou, fez com a crechemas assim criar mesmo esse Fórum talvez né (ENTREVISTADO 5).

3.3.2 Possibilidade de Contribuições do IGK no Fortalecimento da Rede

A seguir, serão sistematizados em tópicos os pareceres dados pelos profissionais sobre a atuação do IGK e também sugestões de como a instituição pode contribuir no fortalecimento da rede.

Esse tópico é de suma importância para o desenvolvimento desse Trabalho de Conclusão de Curso, já que além da elaboração e defesa desse estudo para a obtenção do título de assistente social, a presente pesquisadora tem o foco de contribuir com a melhoria dos atendimentos realizados aos usuários do Programa Campeões da Vida – Núcleo Itacorubi, através da interpretação dos depoimentos dados pelas outras instituições da rede.

Também existe o intuito de ser uma pesquisa piloto para servir de exemplo para os outros núcleos do programa, para assim, poderem fazer um diagnóstico das redes existentes em outros territórios da Grande Florianópolis. Ressalta-se que essa foi a primeira iniciativa realizada no IGK nessa temática, através do estágio obrigatório desenvolvido pela presente estudante, e por isso, poderá sofrer melhorias, alcançando cada vez mais os objetivos propostos.

Os tópicos serão divididos em sugestões e análises sobre a atuação do IGK.

- **Análises:**

- a) O trabalho do IGK tem uma representatividade grande para as instituições que já mantem vínculos firmados com a instituição.

Olha, eu acho que na verdade o IGK já assume muita coisa, que não seria muito o papel deles, mas eles acabam assumindo, porque elas atendem crianças e adolescentes e elas querem ver qualidade e agilidade, elas querem ver um retorno do trabalho, então eu acho que pra nós assim eu não o que eles poderiam nos auxiliar, pra nós essa parceria que a Casa Lar e o IGK já tem, isso pra nós já é muito bom. Poder inserir as crianças em um projeto que é perto da casa, que as nossas crianças podem interagir com as outras crianças da comunidade, que tem contato com os educadores, [...] então eu acho que para o IGK hoje já tem feito bastante, já tem sido bastante, pra Casa Lar é muito positivo, eu percebo que as crianças vem com uma auto-estima legal, que vem falando bem do projeto, desde a comida, dos educadores, das brincadeiras (ENTREVISTADO 3).

- b) Os profissionais que se relacionam com o IGK fazem questão de participar das atividades das quais são convidados.

Eu procuro participar das atividades que o IGK proporciona, por causa dos meninos também, por causa da auto-estima deles, pela própria equipe, pelo próprio projeto, pelo objetivo que apresenta, eu acho que o IGK já tem contribuído muito para a nossa instituição (ENTREVISTADO 3).

- c) A parceria com o IGK muitas vezes representa para as instituições que elas não estão sozinhas no trabalho com as crianças e adolescentes, bem como com as suas famílias.

Eu acho que com agente vocês já estão contribuindo muito né, no acompanhamento, na troca dos olhares, dizendo pra nós aqui ele não apresenta esse tipo de comportamento e isso faz com que agente reveja um pouco, eu acho que isso já contribui [...]. Então essa parceria, eu acho que ajuda muito, às vezes agente acha que é pouco, mas ter um parceiro, que esta junto contigo ali, isso conta muito, você não esta sozinho na educação, na vida dessas crianças (ENTREVISTADO 5).

- **Sugestões:**

- a) Melhorar a comunicação entre as instituições/profissionais para aprimorar os atendimentos uns dos outros.

Eu acho que a comunicação mais, agente precisa estar se comunicando pra ver o que vocês estão fazendo, o que agente pode complementar estar sempre em contato, eu acho que é importante, às vezes agente fica tão distante [...] (ENTREVISTADO 6).

- b) Apresentar os serviços oferecidos pelo IGK e sistematizar visitas institucionais para conhecer a estrutura. “Assim é o que eu falei, eu não conheço muito o trabalho do Guga, da instituição, agente não conhece, nunca visitou, nunca foi ali nenhuma vez, então realmente não conhece, mas é um trabalho interessante” (ENTREVISTADO 4).

- c) Ampliar o atendimento para outras comunidades e escolas.

[...] o que eu vejo é que se restringir as escolas é complicado sabe, ah só desse território, agente vê o CEC da mesma maneira, tudo fica restrito ao Itacorubi e quando agente fala em Leste, agente atende o Leste, agente fala da Barra da Lagoa, da Costa, do Canto, é já tem um serviço de jornada ampliada aqui, um serviço de convivência que é o CEC, e vocês vem pra fortalecer esse serviço, só que as vezes fica uma duplicidade de serviço que poderia estar sendo ofertado pra crianças que não tem acesso ainda né (ENTREVISTADO 4).

Eu tive uma experiência interessante que agente conseguiu abrir a possibilidade de que vocês atendessem mais uma escola, e abriram para uma área que não atendiam, um território que não atendiam, e foi bem interessante, porque era uma área que tinha poucas ofertas. Foi bem interessante, acho que nisso agente não pode engessar né, naquilo que esta como projeto, agente tem que manter aquilo que está no planejamento, mas o que esta no planejamento tem que ser flexível e tem que estar perto das necessidades do território (ENTREVISTADO 2).

d) Ampliação de alguns serviços, como o apoio pedagógico. “[...] seria uma ajuda imediata e ai ampliar aquilo que vocês já fazem, apoio pedagógico, essas oficinas de teatro que vocês fazem lá, eu acho que ampliar só... (ENTREVISTADO 1).

e) Ouvir e acolher as demandas que surgem no território.

Ouvindo e acolhendo as demandas que surgem. E, sobretudo se essa demanda vem de um profissional que já atendeu o usuário, que já identificou a necessidade, eu acho que flexibilizando assim no sentido de acolher a demanda que surge no território (ENTREVISTADO 2).

Portanto, podemos aferir que o atendimento em rede exige vontade política dos profissionais e, sobretudo a visualização que na atualidade as ações em prol do enfrentamento da desigualdade social e da garantia e acesso aos direitos só podem ter uma ação efetiva, se acontecer um atendimento que abranja a totalidade dos usuários, e que a fragmentação das demandas seja cada vez menor.

É nesse sentido que: “A fruição da ação em rede provoca uma retomada da totalidade. Isto é, exige apreender a realidade social e nela agir como um complexo, um todo que é tecido junto. Impõe uma perspectiva que integre, organize e totalize” (NOGUEIRA apud GUIMARÃES; GUARÁ, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho possibilitou o aprofundamento teórico do tema proposto, o Trabalho em Rede, que foi escolhido, pela relevância diante das demandas apresentadas no Estágio Curricular Obrigatório realizado no Instituto Guga Kuerten. Sobretudo, a busca pela fundamentação teórica possibilitou a aproximação com categorias extremamente relevantes para se compreender a sociedade e suas relações, principalmente pensando na categoria trabalho, que é uma atividade fundante do ser social, que não transforma somente a natureza, mas também a dinâmica das relações sociais. Entende-se que o trabalho em si já significa uma ação que transforma, mas somente ela tem significado para o trabalhador quando é práxis social, ou seja, quando há consciência da sua finalidade.

Nesse sentido, o Trabalho em Rede, pode ser considerado uma ação transformadora, quando os profissionais que atuam nas instituições entenderem a finalidade de suas ações e, sobretudo, que há necessidade de ter uma atuação que liga os diversos serviços sociais oferecidos, já que visivelmente os atendimentos são fragmentados. Sobretudo a atuação em rede, quando entendida a sua dimensão, tem muito mais chances de efetivar os direitos sociais, e ainda, coletivizar as demandas da população, dando subsídios para a mobilização em prol de novas conquistas no âmbito das políticas públicas. Conforme já citado no Capítulo I, as redes possibilitam que sujeitos sociais diversificados se articulem em favor da luta contra a exclusão social, em diferentes dimensões, como em relação pobreza, etnia, gênero, etc. Portanto, as redes aproximam e conseqüentemente criam espaços interorganizacionais de trocas, de comunicação e debates entre os agentes políticos e as diversas organizações que participam desses processos organizatórios (DINIZ; GOMIDE; PAZ; SILVA; WANDERLEY, 2012).

Sendo o Serviço Social uma profissão interventiva, o profissional atua diretamente na realidade social que está expostamente vinculada a questão social, sendo definida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade

(IAMAMOTO, 1999). Diante disso, o assistente social também é um profissional que por ter um compromisso com a classe trabalhadora, deve ter sua atuação voltada para a garantia dos direitos e a emancipação dos sujeitos sociais, e por isso, o Trabalho em Rede é uma grande possibilidade de intervenção voltada para essa finalidade, já que pode trazer uma maior percepção da totalidade das relações sociais, e de suas desigualdades, que perante isso, permite uma atuação muito mais abrangente e transformadora.

“A rede de atendimento socioassistencial constitui em uma salvaguarda, para o apoio e a proteção destinadas aos usuários dos serviços sociais e que deverão receber dessa rede o amparo e o atendimento aos seus direitos” (NEVES, 2009). Porém, através desse estudo, concluiu-se que a existência das instituições sociais nos territórios, simplesmente mantendo contatos quando necessário, não é o suficiente para garantir que o Trabalho em Rede seja executado, por isso, há a necessidade de se institucionalizar essa rede de atendimento social existente, que é sobretudo a despersonalização das ações, as desvinculando dos profissionais envolvidos por si só, e sim levantando possibilidades e estratégias para que os serviços sejam interligados, mantendo o compromisso em atender o usuário de forma a reconhecê-lo como um sujeito de direitos, sabendo que não é separado em partes, e sim que as suas necessidades sociais não existem segmentadas e separadas.

No estágio obrigatório realizado no Instituto Guga Kuerten, no Programa Campeões da Vida – Núcleo Itacorubi, percebeu-se, através da complexidade das demandas, que existe a necessidade de se Trabalhar em Rede, para verdadeiramente atender as demandas dos usuários, sobretudo, porque eles circulam nos diversos serviços sociais existentes. O bairro Itacorubi, território onde se dava a prática profissional conta com várias instituições de atendimento social, e por isso, foi escolhido para uma análise mais aprofundada das relações interinstitucionais. Sabe-se que o bairro é heterogêneo em relação a sua população, principalmente no que tange as classes sociais, já que há uma área de interesse social no território, bem como prédios e casas de alto padrão comercial.

Entende-se que o território é bem diversificado, mas que boa parte da população é usuária da rede de atendimento social, e no que se refere às crianças e

adolescentes, as usuárias do IGK, percebe-se que frequentam os vários espaços oferecidos na comunidade, como o Centro de Saúde, as escolas públicas, o CRAS, etc. Por isso, um dos requisitos mais importantes para atuação em rede, é conhecer o território onde a instituição está inserida, para atuar de forma adequada naquele contexto e para aquela população especificamente. Isso é algo que deve estar intrínseco nas diversas instituições da rede de atendimento social, já que se define território: como um espaço onde a população estabelece relações sociais e tem suas vivências. Nesse espaço, além de uma extensão geográfica, é possível identificar o perfil demográfico, epidemiológico, administrativo, político, social e cultural, sendo que permanece em constante construção. Reconhecer que o território existe é primordial para a caracterização da população e de suas necessidades (CAMPOS, 2011).

A pesquisa realizada no decorrer do estágio obrigatório realizado no Instituto Guga Kuerten, sobre o fortalecimento da rede de atendimento social do bairro Itacorubi, possibilitou realizar um diagnóstico sobre a concepção que os profissionais têm sobre o trabalho em rede, levantando estratégias e possibilidades de institucionalização dessa rede e também apanhar novas sugestões e análises da atuação do IGK perante essa rede de atendimento social. Com certeza, o Capítulo III desse estudo trás de uma forma metodológica e sistematizada, como os profissionais das instituições do bairro Itacorubi pressupõe uma futura institucionalização da rede, e diante disso, existe a necessidade de repasse dessa análise para todas as instituições participantes. Acredita-se que esse diagnóstico possibilitará novas ações em rede, gerando vários benefícios a população do território.

Portanto, conclui-se que o estágio obrigatório realizado no IGK, possibilitou o contato com a realidade social, e diante disso, gerou inquietações perante a atuação profissional realizada no território do bairro Itacorubi. Perante essas inquietações, o Trabalho em Rede se revelou uma possibilidade de estudo muito interessante e através do aprofundamento realizado para esse Trabalho de Conclusão de Curso, ele se revelou como uma grande estratégia de intervenção no contexto desigual da sociedade capitalista, com o intuito de garantir direitos sociais e também na mobilização para a luta por novas conquistas sociais. Também pode ser uma importante estratégia de intervenção do Serviço Social, que é uma profissão que

atua na realidade social diretamente, tendo o compromisso ético de lutar por uma sociedade mais justa e igualitária a favor da classe trabalhadora, ou seja, aquela que vive do seu trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCANTARA, Gisele Oliveira de; LEITE, Janete Luzia. **As Expressões da “Questão Social” na Era do Capitalismo Financeiro.** Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/MUNDIALIZACAO_BLOCOS_ECONOMICOS_ESTADO_NACIONAIS_E_POLITICAS_PUBLICAS/AS_EXPRESSOES_DA_QUESTAO_SOCIAL_NA_ERA_DO_CAPITALISMO_FINANCEIRO.pdf> Acesso em: 08 de novembro de 2012.

ARAGÃO, Ailton de Souza. **Rede de Proteção Social e Promoção de Direitos: contribuições do conselho tutelar para integridade e a intersectorialidade** (Uberaba – MG). Tese de Doutorado em Ciências. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011, 384 fs. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria das Graças Bomfim Carvalho.

ASSUMPÇÃO, Maria Clara Martins Alves. **Método em Marx: relação com a categoria práxis.** Disponível em: <http://www.5ebem.ufsc.br/trabalhos/eixo_01/e01c_t002.pdf> Acesso em: 08 de novembro de 2012.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Algumas Reflexões sobre o Sistema de Garantia de Direitos.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: CORTEZ, n° 109, 2012. p. 179-199.

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do estado e perda de direitos.** São Paulo: Cortez, 2003.

BLASS, Leila Maria da Silva. Trabalho e suas metamorfoses. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo-Edgar A. (Orgs.). **Desafios da globalização.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, p. 147-153, 1999.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília: MDSCF, 2004.

_____. **Lei nº 8.662**, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf>. Acesso em 14 de janeiro de 2013.

CAMPOS, Eliane Christine Santos de. Território e Gestão de Políticas Públicas: uma reflexão sob a perspectiva do Sistema Único de Saúde – SUS. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2_011/IMPASSES_E_DESAFIOS_DAS_POLITICAS_DA_SEGURIDADE_SOCIAL/TERRITORIO_E_GESTAO_DE_POLITICAS_PUBLICAS.pdf> Acesso em: 24 de janeiro de 2013.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Gestão Municipal dos Serviços de Atenção à Criança e ao Adolescente**. São Paulo: IEE PUC-SP/CBIA, 1995.

_____. **Gestão Social**: alguns apontamentos para o debate. In: RICO, Elizabeth de Melo; DEGENSZAJN, Raquel Raichelis. **Gestão Social**: uma questão em debate. São Paulo: EDUC, 1999.

COSTA, Angélica da. **Tecendo Laços com a Rede Socioassistencial de São Leopoldo**: o Serviço Social e a rede socioassistencial. Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011, 142 fs. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marilene Maia.

COSTA, Frederico Jorge Ferreira; VASCONCELOS, Susana Jimenez. **A Natureza Ontológica do Pensamento de Marx**. Disponível em: <http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/congreso08/conf4_ferreiraj.pdf> Acesso em: 08 de novembro de 2012.

DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godói; GOMIDE, Cristina de Mello; PAZ, Rosângela Dias Oliveira da; SILVA, Maria Lúcia Carvalho da; WANDERLEY, Mariângela Belfiore. **Movimentos Sociais e Redes**: reflexões a partir do pensamento de Ilse Scherer-Warren. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: CORTEZ, nº 109, 2012, p. 112-125.

GUARÁ, Isa Maria F. Rosa; GONÇALVES, Antônio Sérgio. Redes de Proteção Social na Comunidade. In: **Redes de Proteção Social**. 1. Ed. São Paulo: Associação Fazendo História: NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a criança e o adolescente, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Serviço Social no Tempo do capital Fetice**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais**. Brasília CFESS/ABEPSS, 2009. p. 1-40.

IBGE. <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/apps/mapa/>> Acesso em 14 de janeiro de 2013.

INSTITUTO GUGA KUERTEN. Manual do Estagiário e do Profissional do IGK. [Documentação Interna], 2012. 33 fls.

FLORIANÓPOLIS. **Apostila dos Conteúdos Trabalhados no Processo de Capacitação das Coordenadoras**: Subsídios para o PPP – Projeto Político Pedagógico dos CEC's. Secretaria de Assistência Social, 2011.

HOLANDA, Maria Norma Alcântara Brandão de. **O Trabalho em Sentido Ontológico para Marx e Lukács**: algumas considerações sobre trabalho e serviço social. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: CORTEZ, nº 69, 2002. p. 5-29.

KISIL, Rosana. A entidade social e a sociedade. In: Fundação Abring/Senac. **Guia de Gestão para quem dirige entidades sociais**. São Paulo: LIS, 2002, p. 35-45.

MARX, Karl. Para a Crítica da Economia Política. In: **Os Economistas**. Abril Cultural, São Paulo, 1982.

_____. **O Capital**. Tomos I e II, trad. De Regis Barbosa e Flávia Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, K. & ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MINOSSO, Gabriele Silvestre. **O Resgate da História de Vida de Meninos a partir do Abrigamento na Casa Lar Emaús**: relato de uma experiência. Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009, 78 fs. Orientadora: Prof^a. Elizabeth Callado de Oliveira Carreirão.

NASCIMENTO, Sueli do. **Reflexões sobre a Intersetorialidade entre as Políticas Públicas**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: CORTEZ, n° 101, 2010. p. 95-120.

NEVES, Marília Nogueira. **Rede de Atendimento Social**: uma ação possível? Uberlândia: 2009. p. 147-165. Disponível em: <www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica> Acesso em: 08 de novembro de 2012.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 2007.

NUNES, Leticia Soares. **A Organização da Política de Assistência Social no Município de Florianópolis**: o Centro de Referência de Assistência Social (CRASS) da região Continental II. Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009, 132 fs. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Eliete Cibele Cipriano Vaz.

SANTOS, Vera Núbia. **Terceiro Setor no Serviço Social Brasileiro: aproximações ao debate**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: CORTEZ, nº 91, 2007. p. 123-142.

SCHERER-WARREN, Ilse. Metodologia de redes no estudo de ações coletivas e movimentos sociais. In: **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999. P. 21-30.

_____. **Redes de Movimentos Sociais**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais. Sociedade e Estado. Brasília, v.21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf>. Acesso em: 17 de janeiro de 2013.

_____. Redes Sociais: trajetórias e fronteiras. In: SILVEIRA, R. L. L.; DIAS, L. C. (Orgs). **Redes, Sociedades e Territórios**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007. P. 20-50.

SCHLOSSER, Fábio dos Santos. **A Música e a Escola Leonor de Barros: contribuições para a Educação Musical**. Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Música. Universidade Estadual de Santa Catarina, Florianópolis, 2004, 74 fs. Orientadora: Vânia Beatriz Muller.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE FLORIANÓPOLIS
<http://www.pmf.sc.gov.br/sistemas/saude/unidades_saude/populacao/uls_2011_index> Acesso em 14 de janeiro de 2013.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE FLORIANÓPOLIS
<<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/semas/index.php?cms=protecao+social+basica&menu=5>> Acesso em 14 de janeiro de 2013.

SILVA, Raquel Carvalho. **Vulnerabilidade Socioambiental a desastres na Bacia Hidrográfica do Rio Itacorubi, Florianópolis, Santa Catarina**. Dissertação do Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010, 162 fs. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Dora Maria Orth.

SPOSATI, Aldaíza. **Territorialização e desafios à gestão pública inclusiva: o caso da assistência social no Brasil.** XIII Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Buenos Aires, Argentina, 4 - 7 nov. 2008.

TENORIO, Fernando G. **Gestão de Ong's:** principais funções gerenciais. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

TUMELERO, Silvana Marta; BERTELLI, Edilane; NECKEL, Vanessa; LAZARIN, Sabrina Mello. **Concepções, Proposições e Limites do Trabalho em Redes nas Políticas Sociais.** In: XIII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília, 2010.

VIRGÍLINO, Suelen. **O SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO EDUCACIONAL:** Possibilidades, Desafios e Importância da Intervenção Profissional – Uma Experiência no Instituto Guga Kuerten. Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008, 94 fs. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Carla Rosane Bressan.

APÊNDICE A

90



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
Campus Universitário– Trindade – 88040-900 – Florianópolis – SC – Brasil
Fone: (48) 3721-9540 – E-mail: tcc@cse.ufsc.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Solicitamos autorização para a aluna Larissa Libert Gerônimo utilizar os dados da pesquisa sobre O Fortalecimento da Rede de Atendimento social do bairro Itacorubi, realizada pelo Instituto Guga Kuerten no ano 2012, para analisá-los no seu Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. O referido Trabalho de Conclusão de Curso intitulado A Importância do Trabalho em Rede na Garantia dos Direitos Sociais: uma experiência no Instituto Guga Kuerten e no bairro Itacorubi (Florianópolis/SC), tem como objetivo principal desvelar teoricamente sobre trabalho em rede e posteriormente analisar a rede de atendimento social do bairro Itacorubi através da pesquisa realizada pelo Instituto Guga Kuerten.

Os dados fornecidos pela instituição serão utilizados para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso e através deste serão veiculadas.

Obrigada pela sua colaboração.

Larissa Libert Gerônimo

Larissa Libert Gerônimo
Acadêmica e Pesquisadora

Larissa Libert Gerônimo

(48) 8467 9444

Departamento de Serviço Social – UFSC.

Fone: 3331-9540

Profª Sirlândia Schappo
Professora Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso

Declaro que entendi os objetivos da pesquisa e autorizo a aluna Larissa Libert Gerônimo a utilizar os dados da pesquisa sobre o Fortalecimento da Rede de Atendimento Social do bairro Itacorubi realizada pelo Instituto Guga Kuerten no ano de 2012, para analisá-los no seu Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Suelen Virgílio
Suelen Virgílio

APÊNDICE B

Entrevista da Pesquisa Referente ao Fortalecimento da Rede de Atendimento Social vinculada ao Programa Campeões da Vida – Núcleo Itacorubi**Instituição:** _____**Nome do profissional:** _____
_____**Profissão:** _____**Função institucional:** _____**Idade:** _____**Data da Entrevista:** _____**Gravação Permitida:** () Sim () Não**Perguntas:**

1. Qual é o significado da palavra rede para você?
2. Qual é a sua concepção de trabalho em rede?
3. Como um profissional inserido nesse espaço ocupacional, você em algumas situações acha necessário fazer uma intervenção em rede?
4. Você tem uma rede de atendimento social pré-estabelecida? Identifique.
5. Você acha que essa rede de atendimento social funciona? Identifique atendimentos.
6. Em sua opinião, como podemos fortalecer a rede de atendimento social?
7. Como o Instituto Guga Kuerten pode contribuir na melhoria dos atendimentos realizados com as crianças e adolescentes nessa rede de atendimento social?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____ (nome),
 _____(profissão), _____(idade), _____ (RG), declaro
 por meio deste termo, que concordo em participar da pesquisa referente ao Fortalecimento da Rede
 de Atendimento Social vinculada ao Programa Campeões da Vida – Núcleo Itacorubi.

O objetivo da pesquisa consiste em levantar a concepção de trabalho em rede que alguns profissionais pré-selecionados das instituições que compõem a rede de atendimento social têm, com o intuito de levantar estratégias para que essa rede se fortaleça e permanentemente se estruture para melhor atender os usuários, no caso do Instituto Guga Kuerten, especificamente as crianças e adolescentes e suas famílias. Essa pesquisa também tem o intuito de subsidiar o Trabalho de Conclusão de Curso da presente pesquisadora, que se formará pela Universidade Federal de Santa Catarina, no curso de Serviço Social, em abril de 2013.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, e com a finalidade exclusiva de colaborar com o objetivo da pesquisa. Fui informado (a) sobre a finalidade da pesquisa e seus objetivos.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo. Também fui informado de que posso recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de, por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo à assistência que venho recebendo.

Os resultados dessa pesquisa serão tabulados no Trabalho de Conclusão de Curso citado acima, que terá sua apresentação oficial no final de fevereiro de 2013, com dia a definir, na Universidade Federal de Santa Catarina.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Assinatura do (a) participante: _____

Assinatura do (a) pesquisador (a): _____

Florianópolis, _____ de _____ de 201__.